PRONASCI juventude

RELATÓRIO DE IMPLEMENTAÇÃO INICIAL DO PRONASCI JUVENTUDE

EM 5 MUNICÍPIOS, COM METODOLOGIA DE EXPANSÃO E PLANO BÁSICO DE MONITORAMENTO



SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS E GESTÃO DE ATIVOS

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

PRONASCI juventude

© Centro de Estudos sobre Drogas e Desenvolvimento Social Comunitário (Cdesc) – março de 2026.

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução total ou parcial desta obra, desde que seja citada a fonte e não seja para venda ou qualquer fim comercial. O conteúdo desta publicação não reflete necessariamente as opiniões ou políticas do UNODC ou de organizações contribuintes, nem implica qualquer endosso. As designações empregadas e a apresentação de material nesta publicação não implicam a expressão de qualquer opinião por parte do UNODC a respeito do status legal de qualquer país, território ou cidade ou suas autoridades, ou a respeito da delimitação de suas fronteiras ou limites. Esta publicação pode ser reproduzida no todo ou em parte em qualquer forma para fins educacionais ou sem fins lucrativos sem permissão especial do detentor dos direitos autorais, desde que seja feito o reconhecimento da fonte. O UNODC gostaria de receber uma cópia de qualquer publicação que utilize esta publicação como fonte.

Este documento não foi formalmente editado.

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Palácio da Justiça - Edifício Sede. Brasília – DF. CEP: 70064-900.

Idealização:
Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas e Gestão de Ativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Senad/MJSP)
Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC)
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Equipe responsável

Coordenação
Monalyza Alves e Claudio Dantas Monteiro

Elaboração
Monalyza Alves (UNODC) e Joline Vasques das Graças (FIOCRUZ).

Projeto Gráfico e Diagramação
Luiz Pedra (FIOCRUZ)

RELATÓRIO DE IMPLEMENTAÇÃO INICIAL DO PRONASCI JUVENTUDE

EM 5 MUNICÍPIOS, COM METODOLOGIA DE EXPANSÃO E PLANO BÁSICO DE MONITORAMENTO

BRASÍLIA
Junho/ 2026

FICHA TÉCNICA

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA(MJSP)

MINISTRO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
Wellington César Lima e Silva

SECRETÁRIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS E GESTÃO DE ATIVOS
Marta Rodriguez de Assis Machado

CHEFE DE GABINETE
Ana Luiza Villela de Viana Bandeira

DIRETORA NACIONAL SUBSTITUTA E COORDENADORA DO PROJETO BRA/15/009
Solange Pereira Leal

DIRETOR DE PESQUISA, AVALIAÇÃO E GESTÃO DE INFORMAÇÕES
Daniel Edler Duarte

DIRETORA DE PREVENÇÃO E REINSERÇÃO SOCIAL
Nara Denilse de Araújo

DIRETOR DE GESTÃO DE ATIVOS
João Carlos Laboissière Ambrósio

DIRETOR DE RESPOSTAS INTEGRADAS PARA O USO PROBLEMÁTICO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS
Leonardo Pereira Pinho

COORDENAÇÃO GERAL DE PROJETOS ESPECIAIS SOBRE DROGAS E JUSTIÇA RACIAL
Lívia Miranda Müller Drumond Casseres

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD)

REPRESENTANTE-RESIDENTE
Cláudio Providas

REPRESENTANTE-RESIDENTE ASSISTENTE E COORDENADORA DA ÁREA PROGRAMÁTICA
Maristela Baioni

COORDENADORA DA UNIDADE DE GOVERNANÇA E JUSTIÇA PARA O DESENVOLVIMENTO
Andréa Bolzon

ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DROGAS E CRIME (UNODC)

DIRETORA DO UNODC BRASIL
Elena Abbati

OFICIAL DE GESTÃO EXECUTIVA
Ana Paula Penante

OFICIAL DE COMUNICAÇÃO
Bruno Fortuna

CENTRO DE ESTUDOS SOBRE DROGAS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL COMUNITÁRIO (CDESC)

COORDENADOR
Claudio Dantas Monteiro (UNODC)

ASSESSORAS INSTITUCIONAIS
Janaina Grasso (UNODC) e Luciana da Silva Melo (UNODC)

ASSESSORA TÉCNICA PARA GESTÃO DO PRONASCI JUVENTUDE
Monalyza Alves (UNODC)

ESPECIALISTA EM COMUNICAÇÃO
Ana Carolina Fleury Nogueira (UNODC)

ESPECIALISTA EM DIREITOS HUMANOS E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
Juliana Vicente de Freitas (UNODC)

ESPECIALISTA EM SISTEMAS DE ALERTA RÁPIDO
Gabriella Giudice (UNODC)

ANALISTA TÉCNICA DE DADOS
Isabella Oliveira (UNODC)

ASSOCIADAS DE COMUNICAÇÃO
Alessandra Bernardes (UNODC) e Talita Carvalho (UNODC)

ASSOCIADA DE DADOS
Paula Macedo Barros (UNODC)

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ)

PRESIDENTE
Mario Santos Moreira

COORDENADORES
Ana Paula Guljor e Francisco Netto

PROJETO PRONASCI JUVENTUDE

COORDENADOR ADJUNTO
Eliel David Alves da Silva

COORDENADORA ADJUNTA DE GESTÃO
Andreia Sousa de Jesus

COORDENADORA DE COMUNICAÇÃO
Midiã Noelle Santana

COORDENAÇÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
Emanuelle Santos Silva

SUPERVISORA METODOLÓGICA
Raquel Willadino Braga

ASSESSORA ADMINISTRATIVA
Manuela Reis da Silva

ASSESSORA DE COORDENAÇÃO
Joline Vasques

ASSESSORA DE MONITORAMENTO
Sheila Lima Rodriguez Monte Nero

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO 11
2. INTRODUÇÃO 13
2.1 Juventude, Violência e Desigualdades Territoriais no Brasil 13
2.2 Contextualização do Pronasci Juventude 18
2.3 Experiência Inicial do Programa: Rio de Janeiro e Salvador 18
3. PADRONIZAÇÕES PARA EXPANSÃO 19
3.1 Quadro 2 - Padronização para a Expansão 19
3.2 Metodologia de Expansão e Arranjo Institucional (TEDs) 20
3.3 Quadro 3 - Síntese da Expansão Territorial do Pronasci Juventude (TEDs) 21
3.4 Estrutura de Implementação do programa 21
3.5 Territorialização: Metodologia e Produtos 22
3.6 Etapas Metodológicas Relacionadas à Territorialização e Implementação Territorial 23
3.7 Territorialização e Diagnóstico Sociorracial 23
3.8 Mobilização Territorial e Participação Social 23
3.9 Seleção e Formação das Equipes Territoriais 24
3.10 Seleção e Acompanhamento dos Adolescentes e Jovens Participantes 24
3.11 Desenvolvimento da Atividades Pedagógicas 25
4. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES 25
4.1 Metodologia de territorialização do Pronasci Juventude 25
4.2 Indicadores Usados nos Diagnósticos Territoriais 27
4.3 Indicadores Sociais e econômicos 27
4.4 Indicadores Educacionais 27
4.5 Indicadores Demográficos 27
4.6 Indicadores Territoriais e Urbanos 28
4.7 Quadro 4 - Síntese da Expansão Territorial do Pronasci Juventude (TEDs) 28
4.8 Produtos Gerados pela Territorialização 28
5. IMPLEMENTAÇÃO TERRITORIAL DO PRONASCI JUVENTUDE NOS ESTADOS 29
5.1 Amazonas 29
5.1.1 Manaus 35
5.1.1.1 Processo de Territorialização 38
5.1.1.2 A Zona Leste de Manaus 38
5.1.1.3 Desemprego e Exclusão Produtiva 40
5.1.1.4 Desigualdade Social 41
5.1.1.5 Dados das Redes de Proteção e Sistema Socioeducativo 42
5.1.1.6 Da educação 45

5.1.2 Iranduba..... 45
5.1.2.1 Processo de Territorialização do PRONASCI Juventude em Iranduba..... 47
5.1.2.2 Da rede local..... 48
5.1.2.3 Contextualização dos territórios priorizados..... 50
5.1.3 Tabatinga..... 52
5.1.3.1 Processo de Territorialização do PRONASCI Juventude em Tabatinga..... 54
5.1.3.2 Belém do Solimões..... 55
5.1.3.3 Dados locais sobre índices de violência e letalidade juvenil..... 58
5.1.3.4 Implementação do PRONASCI Juventude em Tabating..... 58
5.1.4 Manacaputu..... 59
5.1.4.1 Processo de Territorialização do PRONASCI Juventude - Manacapuru..... 61
5.1.4.2 Dados do SUAS, CREAS e SUS..... 62
5.1.4.3 Índices de Violência e Criminalidade..... 63
5.1.4.4 Dados sobre Educação e Vulnerabilidade Escolar..... 64
5.1.4.5 Uso de Substâncias..... 64
5.1.4.6 Segurança Pública..... 64
5.2 Distrito Federal..... 66
5.2.1 Quadro 6 – Indicadores Territoriais..... 70
5.2.2 Ceilândia..... 70
5.2.3 Estrutural..... 71
5.2.4 São Sebastião..... 72
5.2.5 Sobradinho..... 72
5.2.6 Sol Nascente..... 73
5.3 Pernambuco..... 73
5.3.1 Quadro 7 – Indicadores Territoriais..... 75
5.3.2 Cabo de Santo Agostinho..... 75
5.3.3 Recife..... 75
6. ANÁLISE COMPARATIVA DOS TERRITÓRIOS DE IMPLEMENTAÇÃO..... 76
6.1 Amazonas..... 76
6.2 Distrito Federal..... 76
6.3 Pernambuco..... 77
7. SÍNTESE COMPARATIVA..... 77
7.1 Quadro 8 – Indicadores Territoriais – Síntese Comparativa..... 78
7.2 Quadro 9 – Indicadores Territoriais – Síntese Comparativa..... 78

8. VULNERABILIDADES, FATORES DE PROTEÇÃO E REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL..... 79
8.1 Quadro 10 – Fatores de Vulnerabilidade Territorial (riscos)..... 79
8.2 Quadro 11 – Fatores de Proteção Social..... 79
8.3 Quadro 12 – Equipamentos da Rede de Proteção Social..... 80
9. MATRIZ DE RISCO OPERACIONAL (VISÃO GERENCIAL)..... 80
9.1 Quadro 13 – Matriz de Risco Operacional por Estado..... 80
10. PLANO BÁSICO DE MONITORAMENTO..... 81
10.1 Quadro 14 – Matriz de Risco Operacional por Estado..... 81
11. FLUXO BÁSICO DE MONITORAMENTO..... 82
12. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 83
13. REFERÊNCIAS..... 85

1. APRESENTAÇÃO

O presente relatório técnico-narrativo tem como objetivo apresentar os principais resultados relacionados à implementação inicial do PRONASCI Juventude em cinco municípios prioritários, bem como sistematizar a metodologia de expansão territorial e o plano básico de monitoramento desenvolvido para a consolidação da política em novos territórios. O documento foi elaborado no âmbito da cooperação entre a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Senad/MJSP), o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e as instituições executoras parceiras do programa.

Este relatório insere-se no contexto do acordo de contribuição entre agências do Sistema das Nações Unidas, no âmbito da cooperação entre o PNUD e o UNODC, vinculado ao Projeto BRA/15/009, conforme previsto no cronograma de trabalho da Etapa 7, atendendo ao produto "Produto 7.11 – Relatório de Implementação do PRONASCI Juventude em 05 municípios com metodologia de expansão e plano básico de monitoramento".

O relatório dialoga com marcos normativos nacionais e internacionais relacionados à proteção integral de crianças, adolescentes e jovens, à prevenção da violência e ao fortalecimento das políticas públicas de cidadania e inclusão social. Nesse contexto, a implementação do PRONASCI Juventude articula-se a iniciativas como a estratégia global End Violence Against Children (END VAC), à estratégia nacional "Crescer em Paz" e ao Plano Juventude Negra Viva, reforçando a necessidade de respostas integradas e intersetoriais frente aos contextos de vulnerabilidade sociorracial agravada e violência letal juvenil no Brasil.

A partir das experiências desenvolvidas nos municípios do Rio de Janeiro e Salvador, bem como da expansão territorial para os estados do Amazonas, Pernambuco e Distrito Federal, o documento apresenta os referenciais metodológicos adotados para a territorialização do programa, os critérios de definição dos territórios prioritários, a estrutura de implementação das equipes multiprofissionais, os processos de mobilização comunitária e os mecanismos de monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas. O relatório também sistematiza os principais aprendizados institucionais, operacionais e metodológicos acumulados ao longo da implementação inicial do programa, subsidiando gestores públicos, pesquisadores, instituições executoras e organizações da sociedade civil na compreensão dos elementos necessários à consolidação e expansão do PRONASCI Juventude em diferentes contextos territoriais do país.

Além de apresentar os processos de territorialização e implementação desenvolvidos nos territórios prioritários, o presente relatório reafirma a importância das políticas públicas territorializadas voltadas à juventude como instrumentos estratégicos de prevenção social da violência, promoção de direitos, fortalecimento comunitário e ampliação de oportunidades educacionais, culturais e produtivas para adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social. Nesse sentido, o documento evidência o papel da cooperação interinstitucional entre Governo Federal, organismos internacionais, instituições federais de ensino e redes locais de proteção social na construção de respostas integradas frente aos desafios relacionados à violência letal juvenil, às desigualdades territoriais e à expansão das dinâmicas do crime organizado nos territórios brasileiros.

2. INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI II), retomado em 2023 pelo Governo Federal, constitui uma das principais estratégias nacionais voltadas à prevenção social da violência. A iniciativa articula políticas públicas destinadas à redução da violência, promoção de direitos e fortalecimento da cidadania em territórios caracterizados por desigualdades socioeconômicas e elevados índices de vulnerabilidade social.

No âmbito dessa política, o PRONASCI Juventude foi concebido como uma ação estruturante voltada ao atendimento de adolescentes e jovens residentes em territórios prioritários, com foco na prevenção da violência, na promoção de direitos e no fortalecimento de vínculos comunitários. O programa busca desenvolver estratégias socioeducativas que contribuam para a redução de fatores de risco associados à violência, ampliando oportunidades educacionais, culturais e de participação social para jovens em situação de vulnerabilidade.

2.1 Juventude, Violência e Desigualdades Territoriais no Brasil

A violência letal constitui um dos principais desafios sociais contemporâneos no Brasil, especialmente quando observada a partir de sua incidência sobre a população jovem. Nas últimas décadas, diferentes estudos e bases de dados produzidas por instituições públicas e centros de pesquisa têm evidenciado que os homicídios no país apresentam forte concentração etária, racial e territorial, atingindo de forma desproporcional adolescentes e jovens residentes em contextos de vulnerabilidade social.

De acordo com o Atlas da Violência, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, os jovens entre 15 e 29 anos constituem o grupo populacional mais afetado pela violência letal no Brasil. Em diversos anos da série histórica analisada, essa faixa etária representou mais da metade das vítimas de homicídio registradas no país. Essa concentração etária evidencia que a violência letal no Brasil possui uma dimensão geracional significativa, associada a processos estruturais de desigualdade social, exclusão de oportunidades educacionais e inserção precária no mercado de trabalho.

Além da concentração etária, a violência letal no Brasil apresenta forte dimensão racial. Dados do Atlas da Violência indicam que jovens negros são as principais vítimas de homicídios no país, com taxas significativamente superiores às observadas entre jovens brancos.

Essa desigualdade racial reflete processos históricos de exclusão social, discriminação estrutural e desigual distribuição territorial de oportunidades, que afetam de maneira particularmente intensa as populações negras residentes em territórios periféricos urbanos.

A dimensão territorial constitui outro elemento central para a compreensão da violência no país. Estudos produzidos pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública demonstram que os homicídios não se distribuem de maneira homogênea no território nacional, concentrando-se em determinados estados, regiões metropolitanas e territórios urbanos marcados por vulnerabilidade socioeconômica. Nessas áreas, fatores como desigualdade social, precariedade de infraestrutura urbana, limitações no acesso a serviços públicos e presença de mercados ilícitos contribuem para a reprodução de contextos de violência que afetam diretamente a população jovem.

Nesse sentido, a literatura especializada aponta que a violência letal juvenil no Brasil não pode ser compreendida apenas como resultado de comportamentos individuais ou dinâmicas criminais isoladas. Ao contrário, trata-se de um fenômeno profundamente relacionado a processos estruturais de desigualdade social, exclusão territorial e fragilidade das redes institucionais de proteção social.

A relação entre vulnerabilidade social e exposição à violência tem sido amplamente documentada por estudos que analisam a distribuição territorial de indicadores socioeconômicos e de segurança pública. Territórios caracterizados por baixos níveis de renda, elevada informalidade no mercado de trabalho, precariedade habitacional e limitações no acesso a serviços públicos essenciais tendem a apresentar maior incidência de violência letal e maior exposição da juventude a contextos de risco social.

Além disso, a precariedade das oportunidades educacionais e profissionais disponíveis para jovens residentes em territórios vulneráveis constitui um fator importante na reprodução de trajetórias marcadas pela exclusão social. Taxas elevadas de evasão escolar, distorção idade-série e dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal contribuem para ampliar a exposição da juventude a contextos de violência e economias ilícitas.

Outro elemento relevante para a compreensão da violência juvenil no Brasil diz respeito à presença territorial de mercados ilícitos, especialmente aqueles relacionados ao tráfico de drogas. Em diversos contextos urbanos, a disputa por territórios associados a essas atividades ilícitas contribui para o aumento da violência armada e para a exposição de jovens a dinâmicas criminais que ampliam os riscos de vitimização e envolvimento em conflitos violentos.

Esse conjunto de fatores evidencia que a violência letal juvenil no Brasil constitui um fenômeno multidimensional, que envolve a interação entre desigualdades socioeconômicas, processos históricos de discriminação racial, dinâmicas territoriais de exclusão e fragilidades institucionais na oferta de políticas públicas.

Quadro 1 – Indicadores da Violência Letal Juvenil no Brasil

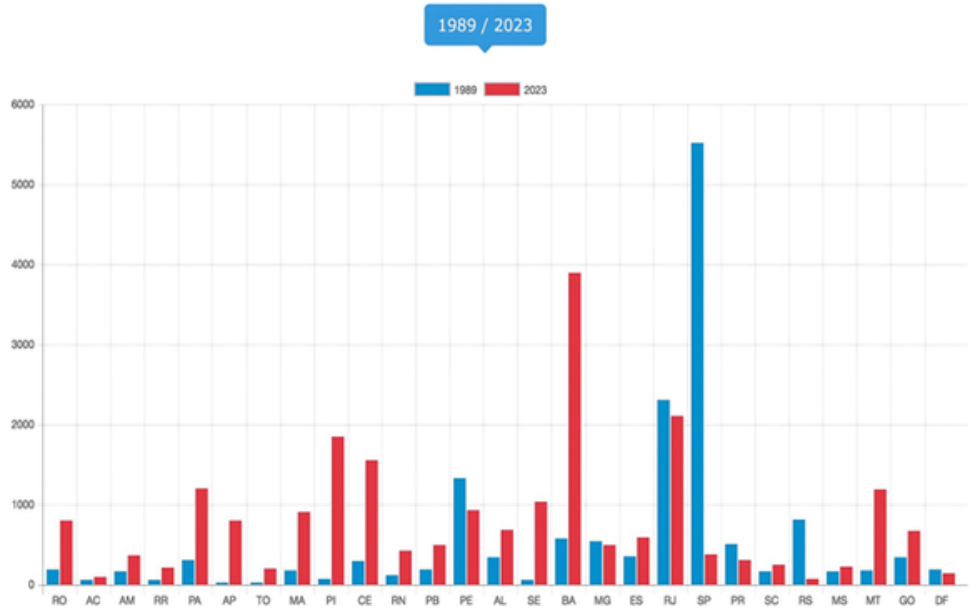
INDICADOR	VALOR APROXIMADO	FONTE
Total de homicídios no Brasil (2023)	45.747 vítimas	Atlas da Violência – IPEA/FBSP
Jovens mortos por homicídio (15–29 anos)	cerca de 21.800 vítimas	Atlas da Violência
Participação dos jovens entre as vítimas de homicídio	aproximadamente 47%	Atlas da Violência
Média diária de jovens assassinados	cerca de 60 jovens por dia	Atlas da Violência
Proporção racial das vítimas de homicídio	cerca de 76% são pessoas negras	Atlas da Violência
Sexo das vítimas jovens	cerca de 94% são homens	Atlas da Violência

Fonte: IPEA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Atlas da Violência*. Brasília.

Os dados sintetizados evidenciam a magnitude da violência letal juvenil no Brasil e sua forte concentração etária, racial e territorial. A elevada participação de jovens entre as vítimas de homicídio revela que a violência constitui uma das principais causas de morte nessa faixa etária, especialmente entre jovens negros residentes em territórios periféricos urbanos. Esses padrões reforçam o caráter estrutural das desigualdades que atravessam a distribuição da violência no país e indicam a necessidade de políticas públicas voltadas à prevenção social da violência e à ampliação de oportunidades educacionais, culturais e profissionais para a juventude.

Os dados sintetizados evidenciam a magnitude da violência letal juvenil no Brasil e sua forte concentração etária, racial e territorial. A elevada participação de jovens entre as vítimas de homicídio revela que a violência constitui uma das principais causas de morte nessa faixa etária, especialmente entre jovens negros residentes em territórios periféricos urbanos. Esses padrões reforçam o caráter estrutural das desigualdades que atravessam a distribuição da violência no país e indicam a necessidade de políticas públicas voltadas à prevenção social da violência e à ampliação de oportunidades educacionais, culturais e profissionais para a juventude.

Figura 2 - Homicídios por estado (1989 e 2023)



Fonte: IPEA. Atlas da Violência 2025. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2025.

Diante desse cenário, diferentes estudos e recomendações de organismos nacionais e internacionais têm destacado a importância da implementação de políticas públicas voltadas à prevenção social da violência, com foco na promoção de direitos e na ampliação de oportunidades para adolescentes e jovens residentes em territórios vulneráveis.

As políticas de prevenção social da violência buscam atuar sobre fatores estruturais associados à reprodução de contextos de violência, promovendo estratégias integradas que combinam ações educacionais, culturais, esportivas, comunitárias e de fortalecimento de redes institucionais de proteção social. Esse enfoque reconhece que a redução sustentável da violência depende não apenas de estratégias de controle penal, mas também da ampliação de oportunidades de desenvolvimento social para populações historicamente expostas a contextos de exclusão.

Nesse contexto, programas voltados à juventude em territórios vulneráveis têm sido reconhecidos como instrumentos relevantes para a promoção da cidadania, a prevenção da violência e o fortalecimento de trajetórias sociais positivas entre adolescentes e jovens.

A implementação de iniciativas voltadas à juventude em contextos territoriais específicos permite desenvolver estratégias de intervenção adaptadas às características sociais, culturais e institucionais de cada território, fortalecendo a articulação entre políticas públicas e redes comunitárias locais.

No Brasil, políticas de segurança pública com enfoque na prevenção social da violência têm buscado incorporar essa perspectiva territorial, reconhecendo a importância de intervenções integradas que articulem diferentes setores governamentais e atores da sociedade civil.

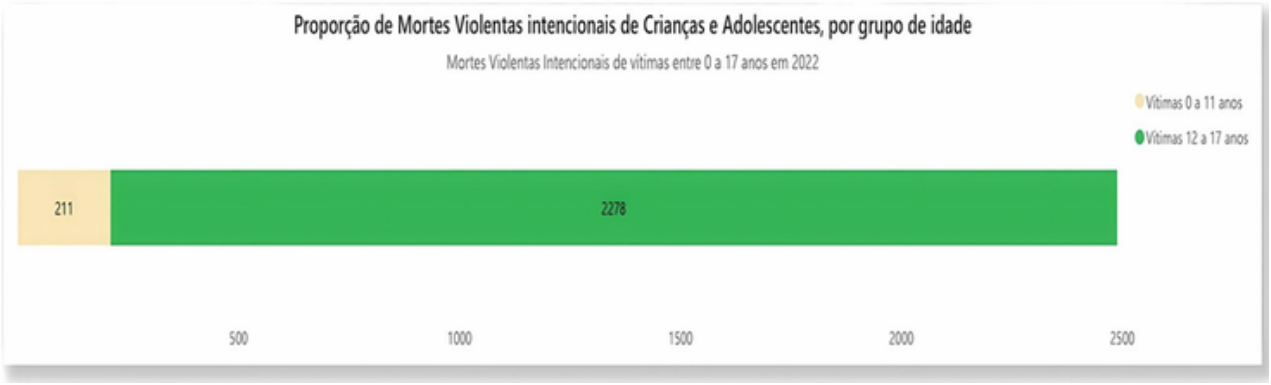
Nesse sentido, a priorização de territórios caracterizados por elevados níveis de vulnerabilidade social e exposição à violência constitui um elemento central para a efetividade de políticas públicas voltadas à juventude. A abordagem territorial permite identificar contextos específicos de vulnerabilidade e orientar a implementação de estratégias de intervenção mais adequadas às realidades locais, contribuindo para a ampliação da capacidade de resposta das políticas públicas frente às demandas da juventude.

É nesse contexto que se insere o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI II, que busca fortalecer estratégias de prevenção social da violência por meio da articulação de políticas públicas voltadas à promoção de direitos, ao fortalecimento comunitário e à ampliação de oportunidades para populações residentes em territórios vulneráveis. No âmbito dessa estratégia, o PRONASCI Juventude constitui uma das iniciativas voltadas especificamente à promoção de trajetórias de inclusão social para adolescentes e jovens residentes em territórios caracterizados por elevados níveis de vulnerabilidade social e exposição à violência.

A implementação do programa parte do reconhecimento de que a prevenção da violência entre jovens depende da construção de políticas públicas territorializadas, capazes de articular ações socioeducativas, acompanhamento psicossocial, fortalecimento comunitário e ampliação de oportunidades educacionais e profissionais.

Dessa forma, o PRONASCI Juventude busca contribuir para o enfrentamento das desigualdades territoriais que estruturam a distribuição da violência no país, promovendo ações voltadas à proteção social da juventude e ao fortalecimento de trajetórias de inclusão e cidadania.

Figura 2 - Homicídios por estado (1989 e 2023)



Fonte: (Observatório de Direitos Humanos, 2025**)**

2.2 Contextualização do Pronasci Juventude

O PRONASCI Juventude integra o conjunto de iniciativas do PRONASCI II direcionadas à juventude, priorizando adolescentes e jovens de 15 a 24 anos, residentes em territórios marcados por desigualdades sociais, exposição à violência e restrições no acesso a oportunidades educacionais, culturais e profissionais. A proposta metodológica do PRONASCI Juventude baseia-se na realização de atividades socioeducativas, acompanhamento psicossocial e articulação com redes institucionais locais, buscando promover o fortalecimento de vínculos comunitários e ampliar as possibilidades de desenvolvimento social e pessoal dos jovens participantes.

Entre as principais estratégias desenvolvidas pelo programa destacam-se:

- realização de oficinas formativas voltadas à cidadania, direitos humanos e prevenção ao uso de substâncias;
- acompanhamento psicossocial de adolescentes e jovens;
- promoção de atividades culturais, educativas e esportivas;
- articulação com equipamentos públicos da rede de proteção social;
- fortalecimento da participação juvenil e da mobilização comunitária.

2.3 Experiência Inicial do Programa: Rio de Janeiro e Salvador

A implementação do PRONASCI Juventude teve início nos municípios de Salvador (BA) e Rio de Janeiro (RJ), onde se desenvolve a fase piloto do programa, que serve como base para o aperfeiçoamento metodológico e institucional da iniciativa. A concepção do PRONASCI Juventude dialoga com experiências anteriores voltadas à prevenção social da violência entre jovens em territórios vulneráveis, destacando-se o projeto-piloto “Tô de Boa”, desenvolvido no âmbito do projeto “Aprimoramento da Gestão Nacional das Políticas sobre Drogas e Desenvolvimento Humano” (BRA/15/009), promovido pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos (SENAD/MJSP), em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e executado pela organização Espaço, Cidadania e Oportunidade (ECOS).

Implementado nos Complexos do Chapadão (Pavuna) e da Pedreira (Costa Barros), no município do Rio de Janeiro, o projeto “Tô de Boa” teve como objetivo contribuir para a redução do envolvimento de adolescentes e jovens com dinâmicas associadas ao narcotráfico, por meio da oferta de oportunidades educacionais, formativas e de desenvolvimento social, articuladas a estratégias de acompanhamento psicossocial e fortalecimento comunitário. A experiência acumulada nesse projeto forneceu aprendizados metodológicos e operacionais relevantes, que contribuíram para a formulação das diretrizes iniciais do PRONASCI Juventude.

A partir dessas referências, o PRONASCI Juventude se consolida como uma das estratégias do Governo Federal voltadas à prevenção da violência e da letalidade juvenil em territórios vulnerabilizados, especialmente aqueles marcados pela presença de mercados ilícitos e pela exposição da juventude a contextos de exclusão social e racial.

Na fase inicial de implementação do programa, foram disponibilizadas 2.000 vagas para adolescentes e jovens, sendo 1.000 no município do Rio de Janeiro (RJ) e 1.000 no município de Salvador (BA). Esses territórios foram selecionados em razão de seus indicadores de vulnerabilidade social e violência letal juvenil, bem como pela existência de redes institucionais e comunitárias capazes de apoiar a implementação das ações do programa.

O programa também prevê a oferta de ações de proteção social, elevação da escolaridade e qualificação profissional, com destaque para a participação dos jovens em cursos de formação profissional no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), além de acompanhamento psicossocial e apoio financeiro durante o período de participação no projeto. Na etapa final do ciclo de participação, são desenvolvidas atividades voltadas à construção de projetos de vida e à inserção produtiva dos jovens participantes.

As experiências em desenvolvimento nesses territórios contribuem para o aprimoramento das metodologias de trabalho voltadas à prevenção social da violência, à escuta qualificada de adolescentes e jovens e ao fortalecimento da articulação interinstitucional entre diferentes órgãos públicos e organizações da sociedade civil. Esses aprendizados também subsidiam a consolidação de estratégias de mobilização territorial e a construção de instrumentos de acompanhamento e monitoramento das atividades desenvolvidas no âmbito do programa.

3. PADRONIZAÇÕES PARA EXPANSÃO

A partir das experiências iniciais, foram identificados aprendizados relevantes para orientar a expansão do programa, com padronizações metodológicas e gerenciais.

3.1 Quadro 2 - Padronização para a Expansão

ACHADO (PILOTO)	RISCO ASSOCIADO	PADRONIZAÇÃO ADOTADA	IMPLICAÇÃO PARA NOVOS ESTADOS
Necessidade de alinhamento metodológico contínuo	Fragmentação de práticas entre territórios	Rotina de formação e supervisão metodológica	Homogeneizar diretrizes, respeitando especificidades
Registros heterogêneos de atividades	Dificuldade de monitoramento e comparabilidade	Instrumentos mínimos de registro e presença	Melhora consistência dos dados

ACHADO (PILOTO)	RISCO ASSOCIADO	PADRONIZAÇÃO ADOTADA	IMPLICAÇÃO PARA NOVOS ESTADOS
Mobilização territorial exige capilaridade	Baixa adesão e evasão	Estratégias de busca ativa e articulação comunitária	Maior alcance e permanência
Rede de proteção com capacidades variáveis	Encaminhamentos sem retorno/continuidade	Mapeamento e pactuação de fluxos	Aumenta efetividade dos encaminhamentos
Variações logísticas e territoriais	Custos e atrasos operacionais	Planejamento territorial e calendário de execução	Reduz risco de descontinuidade

3.2 Metodologia de Expansão e Arranjo Institucional (TEDs)

A expansão territorial do PRONASCI Juventude foi estruturada a partir de um modelo de cooperação interinstitucional entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), por meio da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos (SENAD), e instituições públicas federais de ensino integrantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Esse arranjo institucional foi formalizado por meio da celebração de Termos de Execução Descentralizada (TED), instrumento previsto no Decreto nº 10.426/2020, que permite a descentralização de créditos orçamentários entre órgãos e entidades da administração pública federal para execução de projetos de interesse comum.

No âmbito do PRONASCI Juventude, os TEDs foram celebrados entre a SENAD/MJSP — responsável pela coordenação nacional do programa — e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que assumem a execução territorial das ações previstas nos planos de trabalho. Esse modelo possibilita combinar a capacidade de formulação e coordenação estratégica do governo federal com a presença territorial, expertise técnica e infraestrutura educacional das instituições federais de ensino. A execução descentralizada permite, ainda, fortalecer a articulação entre políticas públicas de segurança cidadã, educação, assistência social e desenvolvimento territorial, ampliando a capacidade de intervenção do programa em contextos marcados por elevados índices de vulnerabilidade social e violência letal.

No âmbito da atual fase de expansão do programa, foram firmados instrumentos específicos para diferentes unidades da federação:

Foram firmados instrumentos específicos para cada estado participante:

- TED nº 03/2024 – celebrado entre SENAD/MJSP e Instituto Federal do Amazonas (IFAM), para implementação do PRONASCI Juventude nos municípios de Manaus, Tabatinga, Iranduba e Manacapuru

- TED nº 04/2024 – celebrado entre SENAD/MJSP e Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), para implementação do projeto nos municípios de Recife e Cabo de Santo Agostinho

- TED nº 05/2024 – celebrado entre SENAD/MJSP e Instituto Federal de Brasília (IFB), para implementação do programa em cinco regiões administrativas do Distrito Federal: Sol Nascente, Sobradinho, São Sebastião, Ceilândia e Estrutural

Os Planos de Trabalho vinculados a cada TED estabelecem as metas, etapas operacionais, responsabilidades institucionais, estrutura de equipes e mecanismos de monitoramento e avaliação necessários à execução das ações do programa em cada território.

Esse modelo de implementação permite adaptar as estratégias de intervenção às especificidades socioterritoriais de cada localidade, preservando, ao mesmo tempo, diretrizes metodológicas comuns orientadas à prevenção social da violência e à promoção de trajetórias de inclusão social para adolescentes e jovens.

3.3 Quadro 3 - Síntese da Expansão Territorial do Pronasci Juventude (TEDs)

ESTADO	INSTITUIÇÃO EXECUTORA	MUNICÍPIOS/TERRITÓRIOS	META DE JOVENS ATENDIDOS
Amazonas	IFAM	Manaus, Iranduba, Manacapuru, Tabatinga	500
Distrito Federal	IFB	Estrutural, Sol Nascente, Ceilândia, Sobradinho,São Sebastião	500
Pernambuco	IFPE	Recife, Cabo de Santo Agostinho	500

3.4 Estrutura de Implementação do programa

A implementação territorial do PRONASCI Juventude baseia-se na atuação de equipes multidisciplinares responsáveis pela condução das atividades socioeducativas, pelo acompanhamento psicossocial dos participantes e pela articulação com a rede de proteção social.

Nos territórios atendidos, a estrutura organizacional do programa inclui diferentes níveis de coordenação e execução:

Coordenação Sistêmica

Responsável pela gestão estratégica e administrativa do projeto, incluindo planejamento, gestão financeira, monitoramento e articulação institucional.

Coordenação Local

Responsável pela condução das ações nos territórios atendidos, pela supervisão das equipes locais e pela interlocução com atores institucionais e comunitários.

Equipe Multiprofissional Territorial

Responsável pela execução direta das atividades do programa junto aos adolescentes e jovens participantes.

Conforme previsto nos planos de trabalho dos TEDs, essas equipes são compostas, em geral, por profissionais das áreas de:

- Psicologia
- Serviço Social
- Pedagogia
- Direito ou Educação Jurídica
- Educação Social
- Agentes territoriais ou comunitários

Em alguns territórios, também são incorporados profissionais com atuação específica em redução de danos, mobilização comunitária e mediação territorial, ampliando a capacidade de resposta do programa às diferentes dimensões da vulnerabilidade juvenil.

3.5 Territorialização: Metodologia e Produtos

A territorialização constitui eixo estruturante da implementação do PRONASCI Juventude, orientando a identificação de territórios prioritários, o diagnóstico das condições sociais locais e a definição das estratégias de atuação do programa. A abordagem territorial permite compreender as especificidades socioeconômicas, raciais e institucionais de cada localidade, possibilitando a adaptação das ações do programa às dinâmicas sociais e às redes de proteção existentes em cada território.

No âmbito do PRONASCI Juventude, a territorialização articula diferentes dimensões da implementação, incluindo o diagnóstico sociodemográfico e institucional dos territórios, a mobilização comunitária, a formação e atuação das equipes territoriais, a seleção e acompanhamento dos participantes e o desenvolvimento das atividades socioeducativas.

Esse processo também contribui para a identificação de fatores de vulnerabilidade e de proteção social, bem como para o mapeamento da rede institucional disponível para o encaminhamento e acompanhamento dos jovens participantes.

3.6 Etapas Metodológicas Relacionadas à Territorialização e Implementação Territorial

A implementação territorial do PRONASCI Juventude organiza-se em um conjunto de etapas metodológicas interdependentes, que articulam diagnóstico territorial, mobilização comunitária, formação de equipes, execução das atividades e acompanhamento das ações desenvolvidas.

Essas etapas estruturam o processo de implantação do programa nos territórios priorizados, permitindo a construção de estratégias de intervenção alinhadas às características sociais e institucionais de cada localidade. Embora apresentadas de forma sequencial para fins de organização analítica, essas etapas operam de maneira dinâmica e contínua ao longo da execução do programa, possibilitando ajustes metodológicos a partir das evidências produzidas no processo de monitoramento e acompanhamento das atividades.

3.7 Territorialização e Diagnóstico Sociorracial

A primeira etapa consiste na elaboração de um plano de territorialização, envolvendo levantamento e análise de indicadores relacionados à violência letal, vulnerabilidade social e exclusão educacional, articulados a dimensões sociorraciais que atravessam a distribuição territorial de desigualdades e violências.

Entre os elementos considerados nesse diagnóstico destacam-se:

- incidência de crimes violentos letais intencionais;
- presença de organizações criminosas ou dinâmicas associadas aos mercados ilegais;
- indicadores de vulnerabilidade juvenil;
- taxas de abandono escolar;
- índices de desenvolvimento humano;
- dados sobre adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto.

Essa etapa permite identificar áreas prioritárias de atuação e orientar a definição de estratégias de intervenção territorial, considerando tanto aspectos estruturais (desigualdade, infraestrutura, serviços) quanto dinâmicas locais (violências, redes e capacidades institucionais).

3.8 Mobilização Territorial e Participação Social

Após a definição dos territórios prioritários, são realizadas atividades de mobilização comunitária e articulação institucional com atores locais, incluindo:

- organizações da sociedade civil;
- lideranças comunitárias;
- equipamentos da rede socioassistencial;
- instituições educacionais;
- serviços de saúde;
- órgãos do sistema de justiça e proteção social.

Esse processo inclui a realização de escutas participativas, visitas institucionais e reuniões comunitárias voltadas à identificação de demandas, pactuação de prioridades e construção de estratégias de atuação alinhadas às especificidades do território.

3.9 Seleção e Formação das Equipes Territoriais

A composição das equipes locais ocorre por meio de processos seletivos públicos conduzidos pelas instituições executoras. Os planos de trabalho estabelecem como diretriz prioritária a contratação de profissionais com vínculo territorial ou experiência prévia de atuação nos territórios atendidos, fortalecendo o enraizamento comunitário das equipes e ampliando a capacidade de mobilização social.

Após a seleção, os profissionais participam de formação inicial voltada à metodologia do programa, protocolos de acompanhamento e instrumentos de registro, monitoramento e avaliação.

3.10 Seleção e Acompanhamento dos Adolescentes e Jovens Participantes

Os jovens participantes do programa são selecionados por meio de processos de inscrição que combinam:

- inscrições presenciais;
- inscrições virtuais;
- estratégias de busca ativa em territórios prioritários.

A seleção considera critérios relacionados à vulnerabilidade social, exposição à violência e risco de evasão escolar, com prioridade para jovens residentes nos territórios definidos como prioritários.

Os planos de trabalho preveem a participação de até 500 adolescentes e jovens por projeto, distribuídos entre os territórios atendidos. Os participantes selecionados passam a receber acompanhamento multidisciplinar, realizado pelas equipes territoriais, que envolve:

- acompanhamento psicossocial;
- orientação educacional;
- mediação de acesso a serviços da rede de proteção;
- participação em oficinas socioeducativas e atividades formativas.

3.11 Desenvolvimento da Atividades Pedagógicas

As atividades do programa incluem oficinas e ações formativas voltadas à ampliação de oportunidades educacionais, culturais e comunitárias para os jovens participantes.

Entre as principais atividades desenvolvidas destacam-se:

- oficinas de arte, cultura e esporte;
- atividades de educação cidadã e direitos humanos;
- ações de formação profissional e inserção educacional;
- atividades de fortalecimento de vínculos comunitários;
- acompanhamento individual e coletivo dos participantes.

Essas ações buscam promover o desenvolvimento de competências sociais, educativas e profissionais, contribuindo para a construção de trajetórias alternativas à violência e à exclusão social.

4. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES

A implementação do programa inclui mecanismos estruturados de monitoramento e avaliação, que envolvem:

- construção de matrizes de indicadores;
- elaboração de instrumentos de registro e gestão da informação;
- sistematização periódica de dados quantitativos e qualitativos;
- produção de relatórios analíticos sobre a execução das atividades.

Esses instrumentos permitem acompanhar a evolução das ações, identificar desafios operacionais e subsidiar o aperfeiçoamento contínuo da metodologia do programa.

4.1 Metodologia de territorialização do Pronasci Juventude

A metodologia de territorialização adotada pelo PRONASCI Juventude estrutura-se em um conjunto de etapas operacionais interdependentes, apresentadas anteriormente. Esse processo tem como objetivo identificar contextos territoriais marcados por maior exposição de adolescentes e jovens a situações de vulnerabilidade social, violência e exclusão de direitos, permitindo a implementação de ações preventivas e socioeducativas territorialmente orientadas.

A metodologia de territorialização adotada combina análise de dados quantitativos, diagnóstico socioinstitucional e escuta participativa dos territórios, articulando diferentes fontes de informação e estratégias de investigação social. Esse processo envolve a realização de diagnósticos territoriais aprofundados, a análise de indicadores socioeconômicos, educacionais e de segurança pública, o mapeamento de equipamentos e serviços públicos

existentes, bem como a identificação de redes institucionais e comunitárias presentes nos territórios.

Nos processos de territorialização realizados nos estados participantes, foram utilizadas diferentes bases de dados oficiais e institucionais, incluindo informações produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, por secretarias estaduais e municipais, além de sistemas de informação educacionais e de assistência social.

Entre os principais indicadores utilizados na análise territorial destacam-se:

- taxas de homicídios e mortes violentas intencionais;
- incidência de crimes relacionados ao tráfico de drogas;
- taxas de evasão escolar e distorção idade-série;
- indicadores de vulnerabilidade social e desigualdade socioeconômica;
- índices de desenvolvimento humano municipal (IDHM);
- indicadores de renda e emprego formal;
- acesso a serviços públicos essenciais, como educação, saúde e assistência social;
- presença de organizações criminosas e dinâmicas territoriais de violência.

Além da análise de dados secundários, o processo de territorialização também inclui atividades de campo, com visitas técnicas aos territórios selecionados e realização de escutas qualificadas com atores locais, tais como lideranças comunitárias, profissionais da rede de proteção social, gestores públicos, organizações da sociedade civil e jovens residentes nas comunidades.

Essas atividades permitem compreender aspectos qualitativos das dinâmicas territoriais, como:

- percepções comunitárias sobre violência e segurança;
- formas de organização social local;
- redes de apoio existentes;
- demandas específicas da juventude nos territórios.

A metodologia de territorialização também envolve o mapeamento de equipamentos públicos e iniciativas comunitárias, incluindo escolas, unidades de saúde, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), projetos sociais, espaços culturais e equipamentos esportivos.

Em alguns territórios, o processo de mapeamento foi organizado por grupos temáticos de investigação, responsáveis por levantar informações relacionadas a diferentes dimensões do território, como indicadores sociais, presença institucional do Estado, equipamentos públicos, redes comunitárias e dinâmicas de violência local.

As informações coletadas são sistematizadas em relatórios de diagnóstico territorial, que orientam a definição das áreas prioritárias de atuação e subsidiam o planejamento das atividades do PRONASCI Juventude em cada município.

4.2 Indicadores Usados nos Diagnósticos Territoriais

Os diagnósticos territoriais mobilizaram indicadores organizados por dimensões analíticas, permitindo uma leitura integrada das vulnerabilidades e dos fatores estruturais associados à exposição juvenil à violência e à exclusão social.

4.3 Indicadores Sociais e econômicos

- Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)
- renda domiciliar média
- taxa de desemprego
- emprego formal
- escolaridade média da população
- proporção de jovens na população

Exemplo: No Sol Nascente (DF), o IVS atingiu **0,715 em 2021**, indicando elevado grau de vulnerabilidade social, com destaque para a dimensão **renda e trabalho (0,981).**

4.4 Indicadores Educacionais

- evasão escolar
- distorção idade-série
- escolaridade média da população
- acesso ao ensino médio e educação de jovens e adultos

Exemplo: Nos diagnósticos territoriais foi identificado baixo nível de escolaridade e dificuldades de permanência escolar, fatores associados à vulnerabilidade social da juventude.

4.5 Indicadores Demográficos

- pirâmide etária
- proporção de jovens na população
- crescimento populacional
- densidade demográfica

Exemplo: Em Manacapuru, **19,71% da população possui entre 15 e 24 anos,** evidenciando a relevância de políticas públicas voltadas à juventude.

4.6 Indicadores Territoriais e Urbanos

- acesso a saneamento básico
- mobilidade urbana
- presença de equipamentos públicos
- infraestrutura urbana
- acesso a transporte público

Exemplo: No Sol Nascente, apenas 71,4% da população possui acesso à rede de esgoto, refletindo precariedade de infraestrutura urbana e vulnerabilidade territorial.

4.7 Quadro 4 - Síntese da Expansão Territorial do Pronasci Juventude (TEDs)

DIMENSÃO	INDICADORES
Segurança pública	homicídios, presença de facções, crimes violentos
Educação	evasão escolar, distorção idade-série
Socioeconômica	renda, desemprego, IVS
Demográfica	população jovem
Infraestrutura	saneamento, mobilidade
Institucional	equipamentos públicos e rede de proteção
Dimensão	Indicadores

4.8 Produtos Gerados pela Territorialização

Como produtos do processo de territorialização, destacam-se:

- planos locais de territorialização por município/região administrativa;
- relatórios de mapeamento territorial (diagnóstico socioinstitucional);
- inventários de equipamentos públicos e iniciativas comunitárias;
- registros das escutas territoriais e reuniões de articulação;
- definição de territórios prioritários e estratégia de mobilização;
- subsídios técnicos para planejamento, implementação e monitoramento.

5. IMPLEMENTAÇÃO TERRITORIAL DO PRONASCI JUVENTUDE NOS ESTADOS

O processo de expansão do PRONASCI Juventude também se fundamenta em evidências relacionadas ao impacto da violência letal sobre adolescentes e jovens no Brasil.

De acordo com o Atlas da Violência, jovens entre 15 e 29 anos constituem a principal faixa etária afetada pela violência letal no país, representando parcela significativa das vítimas de homicídios. Esse cenário evidencia a necessidade de políticas públicas estruturadas voltadas à prevenção social da violência e à ampliação de oportunidades educacionais e sociais para esse público (IPEA; FBSP, 2023).

Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública indicam que as mortes violentas intencionais no Brasil apresentam forte concentração territorial e atingem de forma desproporcional jovens residentes em territórios caracterizados por vulnerabilidade socioeconômica, desigualdade racial e limitações no acesso a serviços públicos (FBSP, 2023).

Além disso, indicadores socioeconômicos produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstram que territórios marcados por desigualdade social e precariedade de infraestrutura urbana tendem a apresentar maior exposição da população jovem a contextos de violência e exclusão social (IBGE, 2022).

Nesse contexto, a territorialização do programa buscou priorizar áreas urbanas e periféricas nas quais a juventude enfrenta maior exposição a contextos de vulnerabilidade social, dinâmicas de violência e restrições ao acesso a direitos.

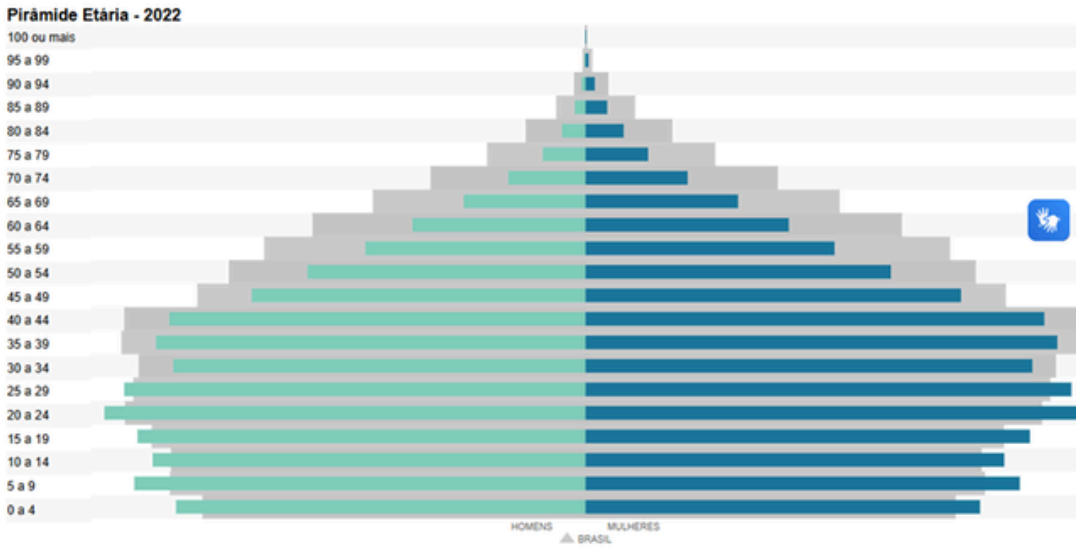
A implementação do programa em novos estados ocorre por meio de cooperação institucional entre a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos (SENAD/MJSP) e instituições públicas federais de ensino, especialmente Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia responsáveis pela execução das ações territoriais.
No âmbito dessa estratégia, foram priorizados territórios nos estados do Amazonas, Distrito Federal e Pernambuco, considerando diagnósticos territoriais específicos desenvolvidos pelas equipes locais.

5.1 Amazonas

O estado do Amazonas constitui a maior unidade federativa do Brasil em extensão territorial, com aproximadamente 1,5 milhão de km², abrangendo vasta diversidade sociocultural, ambiental e demográfica. Localizado na região Norte do país, o estado possui população estimada em cerca de 4,3 milhões de habitantes, distribuída entre áreas urbanas, rurais, ribeirinhas e indígenas, sendo marcado por profundas desigualdades territoriais e desafios históricos relacionados ao acesso a direitos, infraestrutura e políticas públicas.

O Amazonas possui uma população majoritariamente jovem. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que aproximadamente 30% da população estadual é composta por adolescentes e jovens entre 15 e 29 anos, parcela significativa da população diretamente impactada pelos processos de exclusão social, evasão escolar, desemprego e violência letal. Em muitos municípios do interior amazônico, especialmente em áreas de fronteira e territórios indígenas, a juventude representa a maior parte da população economicamente ativa, convivendo, contudo, com baixa oferta de oportunidades educacionais, culturais e produtivas.

Figura 1 - Piramide etária do estado do Amazonas.



Fonte: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/manaus/panorama)

O cenário socioeconômico amazonense é marcado por fortes contrastes. Embora Manaus concentre parte importante da atividade industrial da região Norte, por meio da Zona Franca de Manaus, o interior do estado apresenta elevados índices de pobreza, insegurança alimentar e dependência de programas de transferência de renda. As dificuldades logísticas decorrentes das grandes distâncias territoriais e da predominância do transporte fluvial impactam diretamente a oferta e continuidade de políticas públicas essenciais, especialmente nos municípios localizados na região do Alto Solimões, Vale do Javari, Médio Solimões e Alto Rio Negro.

No campo educacional, persistem desafios relacionados à permanência escolar, à qualidade do ensino e ao acesso à educação profissional e tecnológica. A evasão escolar, particularmente no ensino médio, permanece associada a fatores como pobreza, gravidez na adolescência, necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho, violência comunitária e dificuldades de deslocamento, especialmente em áreas rurais, indígenas e ribeirinhas. Em territórios indígenas, os desafios tornam-se ainda mais complexos diante da insuficiência de professores indígenas, das barreiras linguísticas e das limitações estruturais das escolas.

Paralelamente, o Amazonas apresenta um dos cenários mais preocupantes do país em relação à violência letal juvenil. Segundo o Atlas da Violência 2025, o estado registrou taxa de 69,6 homicídios de jovens entre 15 e 29 anos por 100 mil habitantes, figurando entre os estados brasileiros com maior letalidade juvenil. Mais da metade das mortes violentas registradas no Amazonas atinge diretamente adolescentes e jovens, especialmente homens negros, indígenas, periféricos e moradores de territórios socialmente vulnerabilizados.

O avanço das dinâmicas do crime organizado na Amazônia também intensificou os riscos enfrentados pela juventude amazonense. O estado ocupa posição estratégica nas rotas internacionais do narcotráfico, especialmente nas áreas de fronteira com Colômbia e Peru, favorecendo a expansão de facções criminosas, o aumento da violência armada e a cooptação de adolescentes e jovens para atuação em mercados ilícitos. Estudos recentes do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e do UNODC apontam que a vulnerabilidade juvenil no Amazonas está diretamente associada à combinação entre pobreza, baixa presença estatal, fragilidade das redes de proteção social e expansão das economias ilegais.

Além da capital, a interiorização da violência tornou-se uma das principais características da dinâmica criminal amazonense. Municípios como Tabatinga, Iranduba, Manacapuru e áreas do Alto Solimões passaram a registrar crescimento da violência armada, presença de facções criminosas e intensificação das economias ilícitas associadas ao narcotráfico.
Nesse contexto, adolescentes e jovens passaram a figurar simultaneamente como principais vítimas do recrutamento pelo crime organizado. Em diversos municípios amazônicos, facções criminosas têm utilizado jovens em atividades relacionadas ao transporte de drogas, vigilância armada, comunicação logística e circulação de mercadorias ilícitas, ampliando ciclos de violência, encarceramento e exclusão social.

Diante desse cenário, a implementação do PRONASCI Juventude no estado do Amazonas assume caráter estratégico para o fortalecimento das políticas públicas de prevenção às violências e promoção da cidadania juvenil.

A iniciativa é desenvolvida em parceria entre a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública (SENAD/MJSP) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), através de Termo de Execução Descentralizada (SENAD – IFAM TED n.3/2024), com o investimento no valor total de R$ 7.689.696,00, com tempo de implementação estimado em 24 meses.

O IFAM é uma instituição estratégica pela sua ampla presença territorial no estado e pela experiência consolidada na promoção da educação pública, profissional e tecnológica em contextos amazônicos. São 17 campis com unidades distribuídas na capital Manaus e em diversos municípios do interior do estado, incluindo Tabatinga, Manacapuru, Iranduba, Tefé, Parintins, Coari, São Gabriel da Cachoeira, Maués, Lábrea, Presidente Figueiredo e Humaitá, entre outros. A atuação conjunta entre SENAD/MJSP e IFAM fortalece a construção de respostas territorializadas, intersetoriais e culturalmente adequadas às especificidades da juventude amazonense, contribuindo para a prevenção do recrutamento de adolescentes e

jovens pelo crime organizado e para a promoção de alternativas concretas de desenvolvimento social, educacional e econômico no território amazônico.

A implementação do PRONASCI Juventude no Amazonas, teve início em maio de 2025, quando da realização da primeira reunião entre a equipe de coordenação do projeto no Amazonas com a equipe de coordenação nacional do PRONASCI Juventude. Esta reunião contou com a presença composição da equipes sistêmica do IFAM, a coordenadora-geral, Manuela Cruz e a Diretora da Pró-reitoria de extensão Aline Zorzzi. Na reunião foram tratadas pautas como propostas de oficinas formativas, acordo de cooperação técnica e ação político-pedagógica. Na ocasião, a equipe do IFAM informou sobre o processo de seleção das equipes territoriais, com a publicação do Edital n.º 043/2025 - FAEPI[1]

Em abril de 2025, ocorreu a primeira reunião da equipe de coordenação regional do PRONASCI Juventude, participaram da reunião a coordenadora-geral, Manuela Cruz, com a coordenadora adjunta financeira, Eliane Silva, a coordenadora de projetos da Faepi, Luziane Silva, e dos servidores Cristiangrey Gomes (pedagoga), Julmara Paredes (apoio administrativo), Ansselmo dos Santos (supervisor de monitoramento) e Vanessa Sena (supervisora de comunicação). O momento teve como finalidade apresentar os objetivos e a dinâmica de atuação do programa nos municípios de Manaus, Tabatinga, Iranduba e Manacapuru.

Em junho de 2026, foi aberto o edital de seleção simplificada (edital n. 078/2025[2]), para a seleção para Apoio Administrativo, Educador Jurídico, Assistente social, Psicólogo e Pedagogo para atuarem no Projeto Pronasci Juventude. Finaliza a composição das equipes territoriais, teve início o processo de territorialização realizado entre os meses de agosto e outubro de 2025.

[1] https://faepi.org/wp-content/uploads/2026/03/Edital-no-043-2026-%E2%80%93-Selecao-Simplificada-de-Pessoa-Fisica-%E2%80%93-Funcoes-Administrativas-e-Professor-Formador.pdf
[2] https://portal.ifam.edu.br/pro-reitorias/pro-reitoria-de-extensao/programas/pronasci/not%C3%ADcias-pronasci/processo-seletivo/

DAS MISSÕES REALIZADAS NO AMAZONAS – CDESC/PRONASCI JUVENTUDE

O CDESC, realizou duas missões ao estado do amazonas em 2025. A primeira ocorreu no mês de agosto, entre os dias 10 e 15 de agosto de 2025, com foco na implementação inicial do PRONASCI Juventude nos municípios de Manaus, Tabatinga, Iranduba e Manacapuru. A agenda integrou ações de territorialização, articulação interinstitucional, monitoramento territorial e fortalecimento das redes locais de proteção social voltadas à prevenção da violência e à promoção de direitos de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social.

No município de Tabatinga, foram realizadas visitas técnicas ao Instituto Federal do Amazonas (IFAM), reuniões de articulação com parceiros institucionais e visitas às comunidades indígenas Umariaçu I e II. As agendas em Tabatinga contaram com a participação de representantes da FUNAI, CAIS Povos Indígenas, organizações indígenas, movimentos sociais, lideranças comunitárias, instituições religiosas e equipes do IFAM. Também foram discutidas estratégias de implementação do PRONASCI Juventude em comunidades indígenas como Belém do Solimões, Sapotal e Umariaçu I e II, com foco na proteção social de adolescentes e jovens indígenas.

Em Manacapuru, foram realizadas reuniões técnicas no IFAM – Campus Manacapuru com representantes da Defensoria Pública, CREAS, Secretarias Municipais e demais parceiros institucionais. No município de Iranduba, a missão técnica teve como objetivo fortalecer a articulação local e apresentar as diretrizes do PRONASCI Juventude aos atores institucionais e comunitários. Foram discutidos:

- os elevados índices de violência;
- a atuação de facções criminosas;
- a precarização urbana;
- e a necessidade de fortalecimento das redes de proteção social para adolescentes e jovens.

Em Manaus, as atividades concentraram-se principalmente na Zona Leste da capital, território priorizado pelo programa em razão dos altos índices de violência juvenil e vulnerabilidade social. Foram realizadas reuniões técnicas com gestores públicos e parceiros institucionais para apresentação do programa e articulação das ações voltadas ao atendimento de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade sociorracial agravada.

A segunda missão, ocorreu entre os dias 02 e 08 de novembro de 2025, voltada à formação das equipes territoriais do PRONASCI Juventude nos municípios de Tabatinga, Manaus, Iranduba e Manacapuru. A agenda teve como objetivo fortalecer a implementação do projeto, qualificar as equipes locais e consolidar os processos de territorialização e monitoramento das ações do projeto.

As atividades iniciaram em Tabatinga, onde ocorreu a formação presencial da equipe territorial do município. Durante os encontros, foram apresentados:

- o Plano de Territorialização local;
- os instrumentos de monitoramento e avaliação;
- as epistemologias do PRONASCI Juventude;
- e as metodologias de acompanhamento psicossocial e proteção social dos adolescentes e jovens atendidos pelo programa.

A equipe de Tabatinga apresentou diagnóstico detalhado sobre o território do Alto Solimões, destacando:

- a condição de fronteira internacional;
- a forte presença indígena;
- o avanço das dinâmicas do narcotráfico;
- o desemprego juvenil;
- a evasão escolar;
- e as vulnerabilidades relacionadas à violência e ao recrutamento juvenil pelo crime organizado.

Durante a formação, foram definidos os territórios prioritários de atuação em Tabatinga. A missão também possibilitou aprofundar o planejamento das ações pedagógicas, oficinas socioeducativas, acompanhamento psicossocial, cursos profissionalizantes e estratégias de inclusão de jovens indígenas, migrantes, LGBTQIAPN+, jovens em situação de rua e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

Na sequência, em Manaus, foi realizada formação conjunta das equipes territoriais de Manaus, Iranduba e Manacapuru. As atividades ocorreram no IFAM e envolveram apresentações dos planos de territorialização, análise de indicadores sociais e definição das estratégias de implementação territorial do programa.

As formações também abordaram:

- metodologias de territorialização;
- intersetorialidade;
- interseccionalidade;
- busca ativa;
- construção de redes locais;
- monitoramento de indicadores;
- e utilização do Programa de Envolvimento Social (PES), instrumento central de acompanhamento dos adolescentes e jovens vinculados ao PRONASCI Juventude.

Ao final da missão, foi realizada avaliação técnica das atividades desenvolvidas, destacando-se:

- a forte articulação comunitária construída pelas equipes locais;
- o protagonismo das lideranças indígenas em Tabatinga;
- o fortalecimento das redes institucionais;
- e a consolidação do PRONASCI Juventude como estratégia territorializada de prevenção da violência e promoção de direitos no Amazonas.

Em outubro de 2025, foi publicado o Edital nº 128/2025 – FAEPI[3] de Seleção Pública Simplificada – de Jovens para o projeto PRONASCI Juventude Amazonas – IFAM. O processo seletivo ocorreu de 24 de outubro a 13 de novembro de 2025, os jovens puderam se inscrever de forma on-line, pelo link https://forms.gle/L2Y33Dk9xL8Q9SEx6 , ou presencialmente nos campi do IFAM nos municípios participantes. O cronograma de seleção contou com a seguinte estrutura:

[3] https://faepi.org/wp-content/uploads/2025/10/Edital-2025-128-FAEPI.pdf

Figura 2. Cronograma do edital de seleção dos jovens para o PRONASCI Juventude - Amazonas.

Quadro 2: Cronograma

ETAPAS	PERÍODO
Publicação do Edital	21/10/2025
Período de Impugnação do Edital	Até 22/10/2025
Resultado da Impugnação do Edital	23/10/2025
Período das Inscrições	24/10/2025 até 13/11/2025
Convocação para entrevistas	14/11/2025
Realização das entrevistas	17/11/2025 a 02/12/2025
Publicação de resultados das entrevistas	08/12/2025
Recurso contra o resultado das entrevistas	09/12/2025 a 10/12/2025
Resultado dos recursos	17/12/2025
Resultado Final	22/12/2025
Período de Matrícula	05/01/2026 a 09/01/2026
Início das atividades no Projeto (previsão)	12/01/2026

Fonte: https://faepi.org/wp-content/uploads/2025/10/Edital-2025-128-FAEPI.pdf

Foram mais de 2000 mil inscritos para as 500 vagas ofertadas no estado, que estavam dívidas em: 200 vagas para Manaus, 100 vagas para Manacapuru, 100 vagas para Iranduba e 100 vagas para Tabatinga[4].

A seleção ocorreu por meio de entrevistas presenciais, conduzidas pelas equipes técnicas locais. Onde foram avaliados o interesse, a disponibilidade e a motivação para participar, além das condições socioeconômicas e familiares. As atividades com os jovens selecionados tiveram início fevereiro de 2026.

A seguir, veremos como se deu o processo de implementação do projeto PRONASCI Juventude, nos municípios priorizados no estado do Amazonas, a luz dos relatórios de territorialização desenvolvidos pelas equipes territoriais do projeto.

5.1.1 Manaus

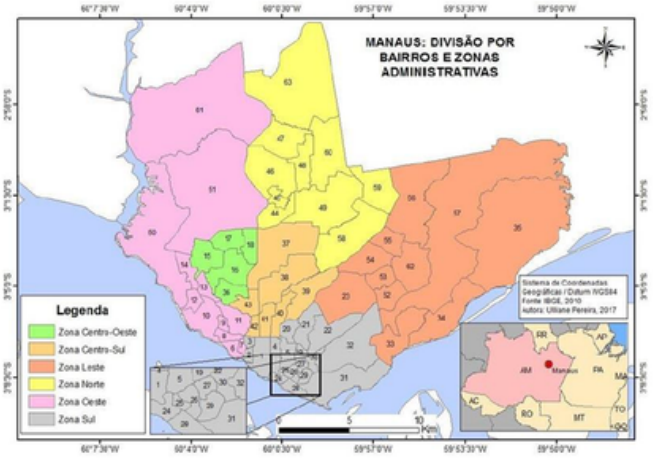


Figura 3. Mapa das regiões de Manaus.

Fonte: https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Mapa-de-localizacao-da-cidade-de-Manaus-destacando-suas-zonas-administrativas_fig1_324240149 (2017).

[4] O número de vagas para cada local foi definido no plano de trabalho do TED entre a Senad e o IFAM.

Manaus, capital do estado do Amazonas, concentra aproximadamente 2,3 milhões de habitantes, o que corresponde a mais da metade da população estadual. A cidade apresenta intenso crescimento populacional e expansão periférica acelerada, marcada por desigualdades socioespaciais, precarização urbana e limitações no acesso às políticas públicas, especialmente em territórios periféricos e socialmente vulnerabilizados. Manaus desempenha papel estratégico na dinâmica econômica, política e social da Amazônia, impulsionada principalmente pela Zona Franca de Manaus e pela concentração dos principais serviços públicos estaduais. Apesar da relevância econômica da capital, persistem elevados índices de pobreza, informalidade e vulnerabilidade social, sobretudo nas zonas Norte e Leste da cidade.

No campo da segurança pública, Manaus apresenta elevados índices de violência letal. Segundo o Atlas da Violência 2025, a capital registrou 749 homicídios em 2022, com taxa de 32,3 mortes por 100 mil habitantes. Entre os jovens de 15 a 29 anos, a taxa de homicídios alcançou 55,1 mortes por 100 mil habitantes, quase o dobro da média nacional. O estudo demonstra ainda que aproximadamente seis em cada dez vítimas de homicídio na cidade eram jovens entre 15 e 24 anos, predominantemente homens negros residentes em territórios periféricos e vulnerabilizados.

No âmbito das políticas públicas, Manaus concentra a maior rede do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) do Amazonas, funcionando como referência regional em saúde, assistência social e proteção especializada. A capital possui ampla estrutura composta por hospitais, maternidades, unidades básicas de saúde, Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), policlínicas, serviços de urgência e emergência, além de equipamentos socioassistenciais voltados à proteção social básica e especial. A rede socioassistencial conta com Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), serviços de acolhimento institucional e unidades especializadas no atendimento de crianças, adolescentes, jovens e famílias em situação de vulnerabilidade social.

Entretanto, a elevada demanda, o crescimento das vulnerabilidades sociais e o aumento dos casos relacionados à violência, saúde mental e uso problemático de álcool e outras drogas impõem desafios significativos à capacidade de resposta das redes públicas, especialmente nos territórios periféricos. Persistem dificuldades relacionadas à insuficiência de profissionais especializados, sobrecarga dos serviços públicos, baixa integração intersetorial e limitações no acesso da população jovem aos equipamentos de saúde, assistência social, educação e proteção social.

O cenário educacional de adolescentes e jovens em Manaus apresenta importantes desafios relacionados à permanência escolar, à aprendizagem e à trajetória educacional, especialmente entre estudantes residentes em territórios periféricos e socialmente vulnerabilizados. Dados do Ministério da Educação (MEC) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) demonstram que o Amazonas permanece entre os estados com maiores índices de distorção idade-série da região Norte.

Em 2024, a taxa de distorção idade-série no ensino fundamental no estado alcançou aproximadamente 30,1%, indicando que quase um terço dos estudantes encontrava-se em atraso escolar de dois anos ou mais em relação à idade adequada para a série cursada[5].

No ensino médio, os indicadores também revelam elevada vulnerabilidade educacional. Dados do Censo Escolar apontam que o Amazonas apresenta uma das maiores taxas de abandono escolar do país, especialmente entre adolescentes de 15 a 17 anos. Em Manaus, a evasão escolar no ensino médio gira em torno de 6%, estando diretamente associada à pobreza, à inserção precoce no mercado informal de trabalho, à violência urbana e à ausência de perspectivas educacionais e profissionais para a juventude periférica.

Os dados do MEC[6] indicam ainda que o abandono escolar tende a crescer significativamente a partir dos 15 anos de idade, fase em que muitos adolescentes deixam a escola em razão da necessidade de geração de renda, exposição à violência comunitária e fragilidade das redes de proteção social.

Em relação à aprendizagem, estudos nacionais e levantamentos educacionais apontam que adolescentes e jovens das periferias urbanas da Amazônia apresentam maiores índices de baixo desempenho escolar, reprovação e exclusão educacional, especialmente em territórios marcados pela precarização urbana e pela violência armada. As dificuldades de aprendizagem são agravadas por fatores como: distorção idade-série; evasão recorrente; insuficiência de políticas de permanência escolar; baixa cobertura de educação integral; e exposição às dinâmicas do crime organizado.

Os indicadores educacionais também revelam forte desigualdade racial e territorial. Dados do INEP demonstram que estudantes negros, indígenas, moradores de áreas rurais e jovens das periferias urbanas apresentam taxas mais elevadas de atraso escolar e exclusão educacional. Em áreas vulnerabilizadas de Manaus, a exposição à violência e à atuação de facções criminosas impacta diretamente a permanência escolar e os trajetos educacionais da juventude.

Nesse contexto, os dados educacionais de Manaus evidenciam que adolescentes e jovens enfrentam múltiplas barreiras relacionadas ao acesso, permanência e conclusão da educação básica, reforçando a necessidade de políticas intersetoriais voltadas à proteção social, inclusão educacional, fortalecimento comunitário e prevenção da violência juvenil.

Esse cenário motivou a priorização de Manaus no âmbito do PRONASCI Juventude, especialmente na Zona Leste da cidade, identificada como um dos territórios mais vulneráveis socialmente e mais impactados pela violência.

[5] https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2024/apresentacao_coletiva.pdf
[6] https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43699-indicadores-educacionais-avancam-em-2024-mas-atraso-escolar-aumenta?

Manaus integra o conjunto de municípios estratégicos definidos pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública em razão da forte presença do crime organizado, das elevadas taxas de violência juvenil, da vulnerabilidade social agravada e da fragilidade das redes de proteção comunitária. O projeto prevê atendimento de 200 adolescentes e jovens na capital amazonense, priorizando moradores da Zona Leste de Manaus.

5.1.1.1 Processo de Territorialização

O processo de territorialização iniciou-se em agosto de 2025, sob coordenação do IFAM e em articulação com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos (SENAD/MJSP). As primeiras agendas institucionais ocorreram no IFAM – Campus Manaus Zona Leste, por meio de visita técnica da equipe nacional do PRONASCI Juventude, com o objetivo de:

- apresentar as diretrizes do programa;
- estabelecer parcerias estratégicas;
- promover diálogo interinstitucional;
- e construir estratégias locais de implementação.

Participaram das reuniões representantes do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM); da Universidade Federal do Amazonas (UFAM); da Associação para o Desenvolvimento Coesivo da Amazônia (ADCAM); do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF); do Departamento de Extensão, Pesquisa e Inovação Tecnológica - DEPIT/IFAM; do Conselho Tutelar Zona Leste II; e da Associação Pestalozzi de Manaus.

O processo de territorialização compreendeu: o diagnóstico territorial; o levantamento de indicadores sociais; a identificação de vulnerabilidades; o mapeamento das redes locais; a escuta institucional; a articulação comunitária e identificação dos territórios prioritários para atuação.

5.1.1.2 A Zona Leste de Manaus

A Zona Leste de Manaus constitui a maior região administrativa da capital em extensão territorial e número de habitantes, com população estimada em aproximadamente 494 mil habitantes. O território foi ocupado intensamente a partir das décadas de 1970 e 1980 por fluxos migratórios oriundos do interior do Amazonas e de outros estados brasileiros. A expansão urbana ocorreu de maneira acelerada e desordenada, produzindo: déficit de infraestrutura; precarização urbana; baixa cobertura de serviços públicos; desemprego e elevada vulnerabilidade social.

A região é composta pelos bairros: Armando Mendes; Colônia Antônio Aleixo; Coroado; Distrito Industrial II; Gilberto Mestrinho; Jorge Teixeira; Mauazinho; Puraquequara; São José Operário; Tancredo Neves e Zumbi dos Palmares. Destes bairros concentram: elevados índices de tráfico de drogas; violência armada; recrutamento juvenil e atuação consolidada de facções criminosas.

Destaque a interiorização do crime organizado com a presença do Primeiro Comando da Capital (PCC) e do Comando Vermelho (CV). Nos anos 2000, essas facções criaram ramificações locais como o Família do Norte (FDN).

Figura 4. Presença de facções em municípios no Estado do Amazonas

Estado	Município	Facções	Situação
Amazonas	Anamã	CV	Presença de uma facção
Amazonas	Barcelos	Piratas dos Solimões	Presença de uma facção
Amazonas	Benjamin Constant	CV	Presença de uma facção
Amazonas	Coari	CV-Piratas dos Solimões	Presença de duas ou mais facções
Amazonas	Codajás	Piratas dos Solimões	Presença de uma facção
Amazonas	Guajará	CV	Presença de uma facção
Amazonas	Iranduba	CV	Presença de uma facção
Amazonas	Itacoatiara	CV	Presença de uma facção
Amazonas	Japurá	CV - EMC	Presença de duas ou mais facções
Amazonas	Jutaí	CV-Piratas dos Solimões	Presença de duas ou mais facções
Amazonas	Manacapuru	CV-Piratas dos Solimões	Presença de duas ou mais facções
Amazonas	Manaus	CV - PCC	Presença de duas ou mais facções
Amazonas	Maués	CV	Presença de uma facção
Amazonas	Paritins	CV	Presença de uma facção
Amazonas	Rio Preto da Eva	CV - PCC	Presença de duas ou mais facções
Amazonas	Santo Antônio do Içá	CV	Presença de uma facção
Amazonas	São Gabriel da Cachoeira	CV - ExFarc Acácio Medina	Presença de duas ou mais facções
Amazonas	São Paulo da Olivença	CV - PCC	Presença de duas ou mais facções
Amazonas	Tabatinga	CV	Presença de uma facção
Amazonas	Tefé	Piratas dos Solimões	Presença de uma facção
Amazonas	Tonantins	CV	Presença de uma facção

Fonte: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/manaus/panorama)

O Atlas da Violência 2025 aponta que Manaus apresenta uma das mais elevadas taxas de homicídios juvenis do país. Em 2022, a taxa de homicídios entre jovens de 15 a 29 anos alcançou 55,1 mortes por 100 mil habitantes, quase o dobro da média nacional. O estudo revela ainda que seis em cada dez vítimas de homicídio na capital amazonense eram jovens entre 15 e 24 anos, predominantemente negros, moradores de periferias urbanas e socialmente vulnerabilizados. Esses dados demonstram que a juventude periférica figura simultaneamente como principal vítima da violência letal e como público mais exposto às dinâmicas do recrutamento pelo crime organizado.

Além da violência letal, Manaus enfrenta a expansão progressiva das facções criminosas e das economias ilícitas associadas ao narcotráfico internacional. A posição geográfica estratégica do Amazonas nas rotas internacionais da cocaína favoreceu o fortalecimento de organizações criminosas que passaram a disputar o controle territorial da capital e de municípios do interior. O relatório "Cartografias da Violência na Amazônia" identificou presença consolidada de facções criminosas em 21 municípios amazonenses, incluindo Manaus.

Nesse contexto, a Zona Leste de Manaus emerge como território prioritário para atuação do PRONASCI Juventude.

5.1.1.3 Desemprego e Exclusão Produtiva

O mercado de trabalho do Amazonas apresenta, nos últimos anos, oscilações significativas nos indicadores de emprego e informalidade. Em 2025, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, divulgados pelo G1 Amazonas (2025), o Estado do Amazonas encerrou o primeiro trimestre de 2025 com 10,1% de desemprego. Em comparação com o final de 2024, quando a taxa estava em 8,3%, observa-se um aumento significativo, retornando a níveis superiores e semelhantes aos registrados no início de 2024, quando estava em 9,8%. No que se refere à realidade de Manaus, de acordo com os mesmos dados, a taxa de desemprego atingiu 17,7%, posicionando a cidade na terceira capital brasileira com maior índice de desocupação. Em relação ao primeiro trimestre de 2024, a taxa aumentou de 15,9% para 17,7%, evidenciando desafios no mercado de trabalho e a necessidade de políticas voltadas para a melhoria da economia local. Segundo a Agência Cenarium (2024), o Amazonas registrou a terceira maior taxa de informalidade do país, com 53,8% da população ocupada trabalhando em atividades sem vínculo formal, índice superior à média nacional e à média regional. Esses dados refletem a dependência de setores econômicos menos regulamentados, como comércio e serviços, bem como desafios estruturais no mercado de trabalho formal.

A dinâmica ocupacional de Manaus é fortemente influenciada pela Zona Franca de Manaus (ZFM), criada em 1967 e considerada um dos principais motores da economia do estado. A implantação do Polo Industrial impulsionou a geração de empregos formais, o crescimento da renda e o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) estadual, além de contribuir para melhorias em indicadores sociais, como redução da pobreza extrema e da mortalidade infantil (IPEA, 2025; Cavalcante, 2025). Entretanto, apesar dos avanços econômicos promovidos pela ZFM, persistem importantes desigualdades socioeconômicas e elevados índices de informalidade, especialmente em territórios periféricos da capital amazonense. Os estudos também apontam que os benefícios econômicos da Zona Franca permanecem concentrados em Manaus, com impactos limitados sobre outras regiões do estado (IPEA, 2025).

No mercado de trabalho, adolescentes e jovens continuam enfrentando maiores dificuldades de inserção profissional. Segundo Feijó e Peruchetti (2024), com base em dados da PNAD Contínua/IBGE, a taxa de desemprego entre jovens de 18 a 29 anos permanece mais que o dobro da registrada entre pessoas de 30 a 59 anos, evidenciando a maior vulnerabilidade da juventude no acesso ao emprego formal. Entre os principais fatores associados a esse cenário destacam-se: menor escolaridade; a dificuldade de acesso ao primeiro emprego; a baixa experiência profissional; a fragilidade dos vínculos trabalhistas e maior exposição a ocupações temporárias e informais.

Muitos jovens enfrentam dificuldades para conciliar trabalho e estudo, sobretudo em contextos de vulnerabilidade socioeconômica. A necessidade de geração de renda leva parte significativa da juventude ao ingresso precoce em atividades informais e de baixa complexidade, comprometendo trajetórias educacionais e oportunidades futuras de qualificação profissional (Feijó e Peruchetti, 2024).

Segundo Gomes (2008), a Zona Leste de Manaus apresenta elevados índices de informalidade, cenário agravado pelo fato de muitos adolescentes e jovens ingressarem precocemente no mercado de trabalho sem proteção social ou perspectivas de ascensão profissional (Silva, 2023; Craveiro, 2025).

5.1.1.4 Desigualdade Social

As desigualdades sociais no Brasil constituem um fenômeno histórico e estrutural que se manifesta em diferentes dimensões, como renda, educação, saúde, moradia, mobilidade urbana e segurança. Enquanto parte da população possui acesso a direitos e condições dignas de vida, outra parcela enfrenta situações persistentes de pobreza e exclusão social. Nesse contexto, a vulnerabilidade econômica contribui diretamente para a evasão escolar precoce, uma vez que muitos adolescentes e jovens abandonam os estudos para auxiliar na renda familiar. Como consequência, inserem-se no mercado de trabalho informal em condições precárias, com baixa qualificação, baixa remuneração e poucas perspectivas de ascensão social, perpetuando ciclos históricos de exclusão econômica e social. Segundo Pinzani e Rego (2014), o acesso efetivo aos direitos sociais e à autonomia individual constitui elemento fundamental para a consolidação da cidadania e do aprofundamento democrático.

As desigualdades brasileiras também apresentam forte dimensão regional. Conforme Oliveira (2003), o processo de industrialização ocorreu de forma concentrada nas regiões Sudeste e Sul do país, produzindo profundas disparidades econômicas entre as diferentes regiões brasileiras. Dados do IBGE (2024) demonstram que as regiões Norte e Nordeste apresentam rendimentos médios inferiores aos das demais regiões do país, além de expressivas desigualdades raciais, uma vez que a população preta e parda possui rendimentos significativamente menores que os da população branca. No Amazonas, os maiores índices de pobreza concentram-se no Vale do Rio Purus (66,6%) e no entorno metropolitano de Manaus (62,3%), índices muito superiores à média nacional de 27,4%. Esses indicadores evidenciam a permanência de desigualdades estruturais relacionadas à distribuição de renda, acesso a oportunidades e desenvolvimento social.

No município de Manaus, as desigualdades socioespaciais tornam-se ainda mais evidentes quando analisados os indicadores de desenvolvimento humano. Segundo Magalhães (2023), Manaus apresenta um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Educação entre as capitais brasileiras (0,658), além de baixos indicadores de longevidade. O estudo demonstra profundas disparidades internas entre bairros da cidade, especialmente entre áreas da zona centro-sul e da zona leste. Enquanto bairros como Adrianópolis apresentam elevado IDHM de renda e desenvolvimento humano, territórios como Jorge Teixeira e Gilberto Mestrinho registram indicadores significativamente inferiores, refletindo desigualdades no acesso a bens, serviços públicos, renda e oportunidades sociais. Esses dados evidenciam que parte significativa da população residente em áreas periféricas de Manaus permanece em situação de vulnerabilidade social, marcada por limitações no acesso a direitos fundamentais e condições adequadas de desenvolvimento humano.

5.1.1.5 Dados das Redes de Proteção e Sistema Socioeducativo

Os levantamentos realizados junto ao CREAS, TJAM e SEJUSC revelaram elevada incidência de adolescentes em conflito com a lei oriundos da Zona Leste.

Segundo a SEJUSC, em 2023, foram registrados 99 adolescentes oriundos da zona leste, o que corresponde a mais de 40% do total de atendimentos na capital naquele ano. Em 2024, esse número manteve-se elevado, com 61 adolescentes e, em 2025 (até agosto), já foram contabilizados 46 adolescentes, mantendo a tendência de alta incidência nesta região. A Zona Leste concentra o maior número de adolescentes do sistema socioeducativo de Manaus; predominam atos infracionais relacionados a roubo, tráfico de drogas e homicídio qualificado e há baixa reinserção escolar e produtiva dos adolescentes atendidos.

Quadro 3 - Distribuição de adolescentes por zona de Manaus no período de 2023 a 2025

Ano	Zona Leste	Zona Norte	Zona Oeste	Zona Sul	Zona Centro-Oeste	Zona Centro-Sul	Total
2023	99	48	26	34	10	17	234
2024	61	54	34	16	27	6	198
2025 *(jan–ago)*	46	23	14	8	26	4	121

Fonte: Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJUSC-AM) – Estatística do Sistema Socioeducativo 2023–2025.

Além do quantitativo expressivo, a análise dos atos infracionais cometidos indica predominância de roubos majorados, tráfico de drogas e homicídios qualificados, delitos que refletem contextos de vulnerabilidade social, ausência de oportunidades educacionais e fragilidade das políticas de prevenção.

Quadro 4 - Tipos de atos infracionais mais frequentes até agosto de 2025

Ato Infracional	Quantidade
Roubo Majorado	57
Tráfico de Drogas	19
Homicídio Qualificado	14
Tráfico e Condutas Afins	12
Ameaça / Vias de Fato	13
Latrocínio	4

Fonte: Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJUSC-AM) – Estatística do Sistema Socioeducativo 2023–2025.

Outro dado preocupante é o baixo índice de reinserção escolar e acesso ao mercado de trabalho formal entre os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Embora haja avanços, os números apresentados no Quadro 5 revelam que as oportunidades ainda são insuficientes para atender à demanda, sobretudo nas regiões periféricas, como a zona leste.

Quadro 5 - Inserção social: Educação e trabalho (2023–2025)

Indicador	2023	2024	2025 (até ago)	Total
Adolescentes matriculados na rede pública	35	54	19	108
Adolescentes inseridos no mercado de trabalho	5	7	14	26

Fonte: Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJUSC-AM) – Estatística do Sistema Socioeducativo 2023–2025.

No que tange ao Serviço de Proteção Social a Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa (LA/PSC), o CREAS Leste já atendeu/acompanhou um total de 1775 adolescentes, sendo 586 em cumprimento de Liberdade Assistida (LA) e 1349 em cumprimento de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). Destes, 258 são novos adolescentes atendidos no período de referência de janeiro de 2023 a agosto de 2025, ou seja, uma média de 8,06 novos adolescentes atendidos por mês. Destes 258, 48 estão em cumprimento de LA e 227 estão em cumprimento de PSC (há casos em que o/a adolescente cumpre PSC e LA).

Quadro 2 - Atendimentos CREAS - Serviço Especializado em Abordagem Social

Período: **01/2023 a 08/2025**	
Crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil (até 15 anos)	17
Crianças ou adolescentes em situação de exploração sexual	0
Crianças ou adolescentes usuárias de crack ou outras drogas	3
Pessoas adultas usuárias de crack ou outras drogas ilícitas	122
Migrantes	3

Fonte: Relatórios fornecidos pelo CREAS Leste (2025).

Ademais, os dados apontam para um maior envolvimento de adolescentes do sexo masculino no cometimento de crimes e infrações que resultam em medidas socioeducativas:

Quadro 1 - Atendimentos CREAS - Serviço de Proteção Social a Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa (Liberdade Assistida/Prestação de Serviços à Comunidade)

Período: 01/2023 a 08/2025	
Masculino	216
Feminino	42
Total	**258**

Fonte: Relatórios fornecidos pelo CREAS Leste (2025).

Quanto ao Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), dos 207 novos casos (famílias ou indivíduos) inseridos no acompanhamento do PAEFI, 120 são famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, 11 são famílias com membros beneficiários do Benefício de Prestação Continuada, 31 são famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil, 12 são famílias com crianças ou adolescentes

em Serviços de Acolhimento, 21 são famílias cuja situação de violência/ violação esteja associada ao uso abusivo de substâncias psicoativas e 3 são famílias com adolescente em cumprimento de Medidas Socioeducativas em meio aberto.

Ressalta-se que o PAEFI atende crianças ou adolescentes, idosos e pessoas com deficiência em situações de violência ou violações: violência intrafamiliar (física ou psicológica), abuso e/ou exploração sexual, negligência ou abandono, além de mulheres em situação de violência intrafamiliar, pessoas vítimas de discriminação por orientação sexual e vítimas de tráfico humano. Quanto ao Serviço Especializado em Abordagem Social, foram abordadas 222 pessoas no período de referência (janeiro de 2023 a agosto de 2025).

A Zona Leste também apresenta índices elevados de crianças e adolescentes em situação de rua e risco social. Dados produzidos pela Associação Beneficente O Pequeno Nazareno revelaram que 81% das crianças e adolescentes identificados em situação de rua em Manaus residiam na Zona Leste da capital. O levantamento demonstrou ainda que 31% desses adolescentes encontravam-se fora da escola.

Os bairros Colônia Antônio Aleixo e Gilberto Mestrinho apresentaram destaque negativo entre os territórios com maior incidência de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social extrema. Tais dados reforçam a gravidade das vulnerabilidades sociais presentes na Zona Leste e evidenciam a necessidade de fortalecimento das redes de proteção social voltadas à infância, adolescência e juventude.

O relatório também apresenta informações relevantes sobre as fragilidades da rede pública de saúde mental no Amazonas. A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) no estado possui uma das menores coberturas do país. Em 2022, o Amazonas registrava apenas 0,59 CAPS por 100 mil habitantes. Embora Manaus concentre a maior estrutura de saúde mental do estado, a cobertura permanece insuficiente diante da crescente demanda relacionada:

- ao sofrimento psíquico;
- à violência urbana;
- ao uso problemático de álcool e outras drogas;
- e às vulnerabilidades juvenis.

A Zona Leste conta atualmente com dois CAPS localizados no território:

- o CAPS AD Dra. Eliana Vitorino Schramm;
- e o CAPS Infantojuvenil Leste Dr. Rogelio Casado Marinho Filho.

Apesar da existência desses equipamentos, o diagnóstico aponta:

- insuficiência de profissionais especializados;
- sobrecarga dos serviços;
- dificuldade de articulação intersetorial;

- baixa integração da rede;
- e dificuldade de acesso por parte da população periférica.

5.1.1.6 Da educação

No campo educacional, os dados demonstram que o Amazonas possui uma das maiores taxas de evasão escolar do país. Segundo o Censo Escolar, 5,1% dos estudantes abandonam a escola ainda na primeira série do ensino fundamental, índice muito superior à média nacional. No ensino médio, a evasão escolar em Manaus alcança aproximadamente 6%, atingindo especialmente adolescentes entre 15 e 17 anos residentes em territórios periféricos.

O diagnóstico territorial demonstra que a evasão escolar está profundamente relacionada: à violência comunitária; à pobreza; ao uso abusivo de álcool e outras drogas; ao trabalho infantil e à ausência de perspectivas concretas de futuro.

De acordo com o Índice de Progresso Social (IPS) de 2024, Manaus apresenta indicadores positivos relacionados ao acesso à cultura, esporte e lazer. Contudo, o município ainda ocupa posições preocupantes em indicadores relacionados à segurança pública e aos cuidados básicos de saúde. As contradições presentes no desenvolvimento urbano da capital revelam que, embora existam avanços econômicos importantes impulsionados pela Zona Franca de Manaus, persistem profundas desigualdades socioespaciais que afetam diretamente adolescentes e jovens moradores das periferias urbanas.

5.1.2 Iranduba

O município de Iranduba está localizado na Região Metropolitana de Manaus, na margem esquerda do Rio Solimões, possuindo posição estratégica no contexto urbano e logístico do estado do Amazonas. Criado em 1981, o município apresenta área territorial de 2.216,817 km² e população estimada em 67.114 habitantes em 2024, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



Figura 5. Imagem da cidade de Iranduba

Nas últimas décadas, Iranduba passou por intenso processo de expansão populacional e urbanização acelerada, influenciado principalmente pela proximidade com Manaus e pela integração territorial promovida pela Ponte Jornalista Phellipe Daou. O crescimento demográfico ocorreu sem correspondente ampliação da infraestrutura urbana, produzindo processos de ocupação desordenada, precarização urbana e aprofundamento das desigualdades sociais.

Dados da Secretaria de Estado de Assistência Social do Amazonas (SEAS/AM) indicam que, em 2021, o município possuía 46.084 pessoas cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Desse total, 37.524 pessoas encontravam-se em situação de extrema pobreza, correspondendo a aproximadamente 81,4% das pessoas cadastradas. Ainda segundo a mesma fonte, mais de 70% das famílias inscritas no CadÚnico eram beneficiárias do Programa Bolsa Família. Esses indicadores evidenciam a forte vulnerabilidade socioeconômica do município e a elevada dependência de políticas públicas de transferência de renda.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Iranduba foi registrado em 0,613, considerado médio, embora esse indicador não reflita adequadamente as profundas desigualdades territoriais e socioeconômicas existentes no município.

No campo do trabalho e renda, os dados do IBGE indicam reduzida inserção da população no mercado formal. Em 2022, apenas 6.914 pessoas ocupavam postos formais de trabalho no município. A limitação das oportunidades de emprego, especialmente para jovens, contribui para processos de exclusão social, evasão escolar e maior exposição às dinâmicas do crime organizado.

A precarização urbana constitui um dos principais desafios estruturais do município. Segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) e da plataforma Água e Saneamento, apenas cerca de 14% da população possuía acesso à coleta de esgoto, enquanto o índice de tratamento de esgoto permanecia inferior a 15%. Além disso, apenas pequena parcela da população dispunha de saneamento adequado, especialmente nas comunidades periféricas e ribeirinhas.

A ausência de infraestrutura básica afeta diretamente a saúde pública, a permanência escolar, a proteção social e as condições de vida da população jovem. Em áreas como Cacau Pirêra, moradores relatam deficiência de abastecimento de água potável, coleta irregular de resíduos sólidos e ausência de pavimentação urbana.

No âmbito da segurança pública, Iranduba apresenta cenário crítico de violência letal. Conforme o 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, o município registrou taxa média trimestral de 102,3 mortes violentas intencionais por 100 mil habitantes, sendo considerado um dos municípios mais violentos do Amazonas.

A expansão das facções criminosas na Amazônia Legal também impacta diretamente o município. Relatórios do Fórum Brasileiro de Segurança Pública indicam crescimento expressivo da presença de organizações criminosas no interior amazônico, associado às disputas territoriais por rotas do narcotráfico, exploração ilegal de recursos naturais e controle comunitário.

A juventude constitui um dos segmentos mais impactados por esse contexto. Além dos homicídios, o município registra elevados índices de violência sexual contra crianças e adolescentes. Em 2024, a Polícia Civil do Amazonas contabilizou 36 procedimentos relacionados a abusos sexuais e estupro de vulnerável na 31ª Delegacia Interativa de Polícia de Iranduba.

No campo educacional, os desafios também são expressivos. O município registrou índice de evasão escolar de 9,1% entre 2019 e 2020, agravado pelas dificuldades de transporte escolar nas áreas rurais e ribeirinhas durante os períodos de cheia e seca dos rios amazônicos.

Além disso, estudos e levantamentos locais apontam aumento de casos relacionados à saúde mental, suicídio e automutilação entre adolescentes e jovens, indicando necessidade de fortalecimento das políticas de proteção social, acompanhamento psicossocial e prevenção das violências.

Diante desse cenário, Iranduba apresenta fatores cumulativos de vulnerabilização social, urbana e institucional, justificando sua priorização no âmbito das estratégias preventivas e territorializadas do PRONASCI Juventude.

5.1.2.1 Processo de Territorialização do PRONASCI Juventude em Iranduba.

O processo de territorialização do PRONASCI Juventude em Iranduba foi estruturado a partir de metodologia participativa e intersetorial, articulando diagnóstico territorial, escutas comunitárias, reuniões institucionais e mapeamento das vulnerabilidades sociais e territoriais do município.

As atividades iniciais ocorreram entre setembro e novembro de 2025, período destinado à realização do diagnóstico territorial, estruturação das equipes locais, articulação institucional e definição dos territórios prioritários para atuação do programa.

Durante o processo de territorialização, foram realizadas reuniões com representantes da Prefeitura Municipal de Iranduba, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde, Polícia Militar do Amazonas, organizações religiosas e representantes comunitários.

Entre as principais agendas realizadas, destaca-se a reunião conduzida com a Secretaria Municipal de Assistência Social, coordenada pelo secretário Thiago Marinho, na qual foram apresentados dados sobre pobreza, violência, evasão escolar e vulnerabilidade juvenil nos

bairros periféricos e comunidades ribeirinhas do município.

Também foram promovidas agendas institucionais com: Polícia Militar do Estado do Amazonas; a Secretaria Municipal de Saúde; a Secretaria Municipal de Educação; a Ordem dos Ministros Evangélicos de Iranduba; com lideranças comunitárias; organizações da sociedade civil; com as associações locais e projetos culturais.

As reuniões permitiram identificar a fragilidade das redes de proteção social; a ausência de oportunidades de formação e trabalho para jovens; o crescimento da violência comunitária; a presença de facções criminosas; a insuficiência de equipamentos públicos e as vulnerabilidades específicas das comunidades ribeirinhas.

O processo de territorialização também incluiu previsão de realização de escutas participativas entre outubro e novembro de 2025, com participação de adolescentes, jovens, famílias e lideranças locais. Essas escutas foram estratégicas na construção das ações do programa, permitindo identificar demandas prioritárias, fatores de risco e potencialidades comunitárias.

Além disso, a equipe local realizou mapeamento de lideranças comunitárias e iniciativas já existentes no território, incluindo associações de moradores, projetos culturais, grupos religiosos e organizações comunitárias, fortalecendo a construção de uma rede territorial integrada de proteção social.

5.1.2.2 Da rede local

O município de Iranduba, localizado na Região Metropolitana de Manaus, apresenta estrutura pública organizada a partir das redes do Sistema Único de Saúde (SUS), do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), responsáveis pela oferta de serviços voltados à proteção social, atenção básica em saúde e cuidado psicossocial da população urbana, rural, indígena e ribeirinha do território. O município possui dinâmica territorial marcada por rápido crescimento populacional, expansão urbana desordenada e profundas desigualdades sociais, fatores que impactam diretamente a capacidade de atendimento das políticas públicas locais.

No campo da saúde pública, a estrutura do Sistema Único de Saúde (SUS) em Iranduba é composta predominantemente por serviços de Atenção Primária à Saúde, incluindo Unidades Básicas de Saúde (UBS), postos de saúde rurais, equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF) e atendimento itinerante voltado às comunidades ribeirinhas e rurais. O município conta com aproximadamente seis Unidades Básicas de Saúde urbanas, treze postos de saúde rurais e um hospital municipal responsável pelos atendimentos de urgência e emergência. A rede municipal atua principalmente nas áreas de vacinação, saúde da mulher, saúde da criança, acompanhamento materno-infantil, vigilância epidemiológica, controle de doenças endêmicas e atenção básica às populações vulneráveis.

Apesar da existência dessa estrutura, os diagnósticos territoriais apontam importantes fragilidades relacionadas à cobertura dos serviços públicos de saúde. As comunidades rurais e ribeirinhas enfrentam dificuldades permanentes de acesso aos equipamentos públicos em razão:

- das grandes distâncias territoriais;
- das limitações logísticas;
- da precariedade do transporte fluvial;
- e das dificuldades de deslocamento durante períodos de cheia e estiagem dos rios amazônicos.

Além disso, o município apresenta desafios relacionados:

- à baixa cobertura de saneamento básico;
- à insuficiência de profissionais especializados;
- à sobrecarga da atenção básica;
- e ao crescimento das demandas relacionadas à violência, saúde mental e uso problemático de álcool e outras drogas.

No âmbito da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), Iranduba possui estrutura articulada principalmente à atenção básica e aos serviços especializados da Região Metropolitana de Manaus. O atendimento em saúde mental ocorre prioritariamente por meio das Unidades Básicas de Saúde, do acompanhamento psicossocial e dos encaminhamentos realizados para serviços especializados da rede regional, incluindo Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) localizados em Manaus e municípios próximos.

Os estudos territoriais realizados no contexto do PRONASCI Juventude demonstram que a estrutura da RAPS em Iranduba ainda apresenta fragilidades importantes, especialmente diante do crescimento das vulnerabilidades sociais e psicossociais da população jovem. Entre os principais desafios identificados destacam-se:

- a insuficiência de equipes especializadas;
- a baixa cobertura de serviços de saúde mental;
- a dificuldade de acesso das populações rurais e ribeirinhas aos serviços especializados;
- e a ausência de equipamentos psicossociais suficientes para atender a demanda crescente relacionada ao sofrimento psíquico, violência comunitária, uso de substâncias psicoativas e vulnerabilidades juvenis.

As análises territoriais apontam que o crescimento das dinâmicas do crime organizado, da violência armada e das situações de vulnerabilidade social tem impactado diretamente adolescentes e jovens do município, ampliando as demandas por acompanhamento psicossocial, saúde mental e proteção social especializada.

No campo da assistência social, a rede do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em Iranduba é organizada por meio dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), do Cadastro Único e das equipes volantes responsáveis pelo atendimento das áreas rurais e ribeirinhas. Os CRAS constituem a principal porta de entrada da proteção social básica no município, realizando acompanhamento familiar, cadastramento e atualização do Cadastro Único, encaminhamento para benefícios socioassistenciais, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e articulação com outras políticas públicas.

Nas áreas rurais e ribeirinhas, o atendimento socioassistencial é realizado por equipes volantes que desenvolvem ações de busca ativa, visitas domiciliares, acompanhamento familiar e articulação comunitária. Essa atuação torna-se estratégica diante da dispersão territorial das comunidades e das dificuldades de acesso contínuo aos serviços públicos.

Os diagnósticos territoriais produzidos no âmbito do PRONASCI Juventude evidenciam que a rede socioassistencial de Iranduba enfrenta desafios significativos decorrentes:do aumento das vulnerabilidades juvenis; da pobreza; da insegurança alimentar; da violência intrafamiliar; do desemprego; da evasão escolar e da crescente atuação das facções criminosas no território.

O município apresenta Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,613, considerado médio pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), refletindo fragilidades relacionadas à renda, escolaridade e acesso à infraestrutura social. Os estudos territoriais também demonstram que Iranduba possui baixos indicadores relacionados ao saneamento básico, à urbanização adequada e à proteção social em áreas periféricas e rurais.

Nesse contexto, a articulação entre SUS, SUAS e RAPS assume papel estratégico para o fortalecimento das políticas públicas voltadas à proteção integral de adolescentes e jovens no município. As análises territoriais realizadas no âmbito do PRONASCI Juventude reforçam que o enfrentamento das vulnerabilidades juvenis em Iranduba exige respostas intersetoriais e territorializadas, capazes de integrar saúde, assistência social, educação, cultura, cidadania e proteção comunitária em territórios marcados pela desigualdade social, violência e fragilidade histórica da presença estatal.

5.1.2.3 Contextualização dos territórios priorizados

A definição dos territórios prioritários em Iranduba ocorreu a partir da análise integrada de indicadores sociais, educacionais, urbanos e de violência, associada às informações produzidas pelas secretarias municipais e lideranças locais. Os territórios definidos para atuação inicial do PRONASCI Juventude em Iranduba foram: Morada do Sol; Cristo Rei; Distrito de Cacau Pirêra; Comunidade Ilha do Baixio e Comunidade Paciência.

Morada do Sol

O bairro Morada do Sol caracteriza-se por forte vulnerabilidade social, expansão urbana desordenada e insuficiência de infraestrutura pública. O território apresenta presença significativa de famílias em situação de pobreza, dificuldades de acesso a equipamentos sociais e exposição de adolescentes e jovens à violência urbana.

Cristo Rei

O bairro Cristo Rei apresenta características semelhantes, com elevada precarização urbana, fragilidade das redes de proteção social e baixa oferta de atividades voltadas à juventude. O território foi identificado pela equipe local como área prioritária para ações de fortalecimento comunitário e prevenção às violências.

Distrito de Cacau Pirêra

O Distrito de Cacau Pirêra constitui um dos territórios mais críticos do município. Localizado em área de intensa circulação entre Iranduba e Manaus, o distrito apresenta: alta densidade populacional; ausência de saneamento básico; deficiência no abastecimento de água; coleta irregular de resíduos; precariedade dás vias urbanas; elevada vulnerabilidade social.

A região também sofre impactos das dinâmicas metropolitanas relacionadas ao tráfico de drogas e à atuação de facções criminosas, tornando adolescentes e jovens mais suscetíveis ao recrutamento por organizações ilícitas.

Comunidade Ilha do Baixio

A Ilha do Baixio é comunidade ribeirinha diretamente afetada pelos ciclos de cheia e seca do Rio Solimões. A economia local baseia-se predominantemente na agricultura familiar e pesca artesanal, estando sujeita à insegurança alimentar e dificuldades de mobilidade territorial.

As limitações de acesso a serviços públicos, transporte escolar e políticas de proteção social agravam as condições de vulnerabilidade das famílias residentes.

Mapa 1 - Localização do município de Iranduba e sua situação geográfica entre os rios Negro e Solimões – Estado do Amazonas - Brasil



Elaboração: Magnus Magalhães (2018).

Comunidade Paciência

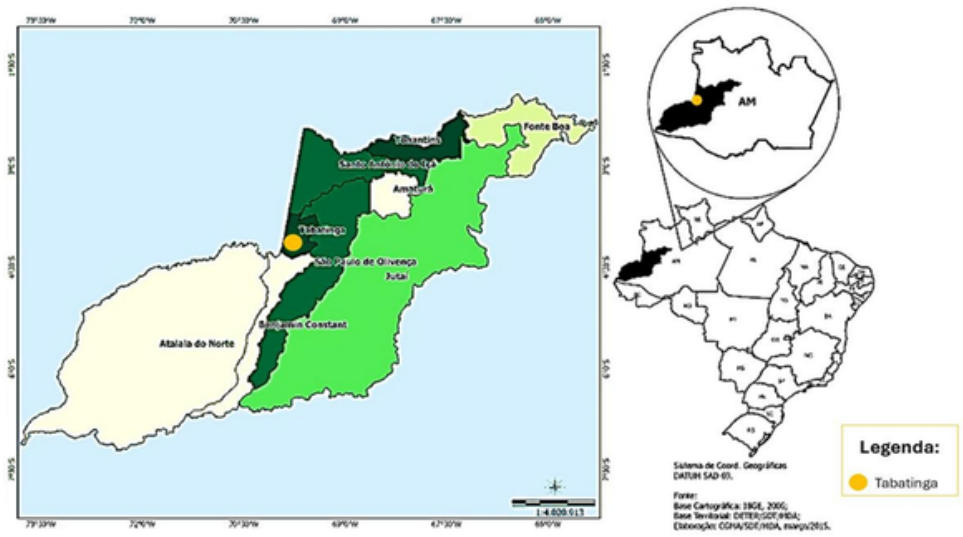
A comunidade Paciência apresenta perfil semelhante ao da Ilha do Baixio, marcada pelo isolamento territorial, fragilidade da infraestrutura e forte dependência dos ciclos ambientais amazônicos. As dificuldades de deslocamento durante períodos de seca e cheia comprometem o acesso da população às políticas públicas de educação, saúde e assistência social.

O processo de territorialização do PRONASCI Juventude em Iranduba demonstra que o município reúne múltiplos fatores estruturais de vulnerabilização social, urbana e institucional. A combinação entre pobreza extrema, violência letal, precarização urbana, fragilidade das redes de proteção e expansão das dinâmicas do crime organizado afeta diretamente adolescentes e jovens residentes nos territórios priorizados.

Nesse contexto, a implementação do PRONASCI Juventude representa estratégia territorial integrada de prevenção às violências e fortalecimento da proteção integral da juventude, alinhada às diretrizes do UNODC de promoção da cidadania, fortalecimento comunitário, redução de vulnerabilidades e prevenção social da violência.

5.1.3 Tabatinga

Figura 9 - Localização de Tabatinga e dos demais municípios da microrregião do Alto Solimões, Amazonas



Fonte: Adaptado de CGMA/SDT/MDA (2015).

O município de Tabatinga localiza-se na região do Alto Solimões, compondo a tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru. Trata-se de território estratégico para análise das dinâmicas de vulnerabilidade social, violência transfronteiriça e expansão do crime organizado na Amazônia brasileira.

Seu acesso ocorre predominantemente por vias aérea e fluvial, condição que impõe limitações logísticas históricas e influencia diretamente as dinâmicas econômicas, sociais e institucionais do território. Localizada às margens do Rio Solimões, a cidade enfrenta impactos recorrentes associados aos ciclos de cheia e seca amazônica, incluindo processos erosivos, deslizamentos e perdas materiais, agravados pelos eventos climáticos extremos registrados nos últimos anos.

Segundo dados do IBGE, a população estimada de Tabatinga em 2025 é de aproximadamente 73.348 habitantes, com densidade demográfica de 20,48 habitantes por quilômetro quadrado. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) registrado para o município é de 0,616, considerado médio, embora os indicadores territoriais demonstrem profundas desigualdades socioeconômicas e estruturais.

O município possui uma das maiores populações indígenas do Brasil. Mais de 90% do território municipal é composto por terras indígenas, abrigando aproximadamente 34.497 indígenas pertencentes às etnias Ticuna, Kokama, Kambeba, Marubo e Matis. Essa configuração demográfica evidencia o caráter multicultural e intercultural da região e demanda políticas públicas territorializadas e culturalmente adequadas.

As condições de infraestrutura urbana e saneamento básico apresentam elevada precariedade. Apenas 5,83% dos domicílios indígenas possuem acesso à rede de esgoto, enquanto pouco mais da metade dispõe de abastecimento de água pela rede geral.

No âmbito socioeconômico, os indicadores de vulnerabilidade são agravados pela pobreza e pela limitação do mercado formal de trabalho. Dados do Cadastro Único (CadÚnico) demonstram que, em setembro de 2025, Tabatinga possuía 15.832 famílias cadastradas, sendo que aproximadamente 60% encontravam-se em situação de pobreza. Dentre essas famílias, 5.673 eram autodeclaradas indígenas.

A presença do narcotráfico e de economias ilícitas constitui um dos principais fatores estruturantes da violência local. Estudos de Rapozo et al. (2020; 2024), incorporados ao diagnóstico territorial do PRONASCI Juventude, apontam que Tabatinga integra importante corredor transnacional de circulação de drogas, ouro ilegal, madeira e outras mercadorias ilícitas.

O município apresenta elevada exposição de adolescentes e jovens às dinâmicas do crime organizado, especialmente em razão: da baixa presença estatal; da evasão escolar; da pobreza; da insuficiência de oportunidades econômicas e da vulnerabilidade territorial da tríplice fronteira.

Outro elemento crítico refere-se ao uso prejudicial de álcool e outras drogas, especialmente em comunidades indígenas. O relatório destaca que localidades como Umariaçu II e Belém do Solimões convivem com impactos graves relacionados ao alcoolismo, violência e recrutamento juvenil por redes ilícitas.

O PRONASCI Juventude em Tabatinga prevê atendimento inicial de aproximadamente 100 jovens entre 15 e 24 anos, indígenas e não indígenas. Para tanto, foi estabelecida uma política de cotas para a distribuição das vagas: 50% das vagas para jovens indígenas; 10% para pessoas em situação de rua; 10% para mulheres vítimas de violência; 10% para jovens vinculados ao sistema socioeducativo; 10% para população LGBTQIAPN+; 5% para migrantes; 5% para pessoas com deficiência.

5.1.3.1 Processo de Territorialização do PRONASCI Juventude em Tabatinga

O processo de territorialização do PRONASCI Juventude em Tabatinga foi desenvolvido entre setembro e outubro de 2025, por meio de metodologia participativa, diagnósticos territoriais, visitas institucionais, escutas comunitárias e articulação intersetorial.

Durante o processo de territorialização, foram realizadas agendas institucionais junto ao Conselho Tutelar; CREAS; FUNAI; Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Assistência Social; CAIS Povos Indígenas; associações comunitárias; lideranças indígenas; organizações LGBTQIAPN+; organizações de mulheres; representantes da Defensoria Pública; Vara da Infância e Juventude e a Unidade Prisional de Tabatinga.

Entre as principais agendas destaca-se a realização da escuta comunitária promovida em 03 de outubro de 2025, no Auditório Professor Antônio Venâncio, do IFAM Campus Tabatinga, reunindo 22 representantes institucionais, lideranças indígenas e membros da sociedade civil organizada.

Participaram desse encontro: representantes da FUNAI; CREAS; associações Mulheres Águias e Mulheres Pérolas; CAIS Povos Indígenas; jovens comunicadores indígenas; representantes da Câmara Municipal; lideranças indígenas; profissionais da psicologia, assistência social e direito.

As escutas participativas permitiram validar o diagnóstico territorial e identificar demandas prioritárias relacionadas: à juventude indígena; à violência de gênero; ao alcoolismo; à evasão escolar; à saúde mental; à ausência de oportunidades econômicas e ao recrutamento de jovens por facções criminosas.

O processo também incluiu mapeamento de lideranças comunitárias estratégicas, incluindo: lideranças indígenas Ticuna e Kokama; coletivos LGBTQIAPN+; organizações femininas; jovens comunicadores indígenas; organizações culturais e representantes religiosos.

Contexto dos territórios escolhidos

Os territórios priorizados foram definidos a partir da análise integrada dos indicadores de violência, pobreza, evasão escolar, vulnerabilidade juvenil e exposição às dinâmicas do crime organizado.

Foram selecionados: Belém do Solimões; Sapotal; Umariaçu I; Umariaçu II; Guadalupe; Vila Verde; Rui Barbosa; Vila Paraíso; Ocupação no terreno do IFAM; e áreas urbanas classificadas como "área vermelha".

5.1.3.2 Belém do Solimões

Belém do Solimões constitui uma das maiores comunidades indígenas do Brasil, localizada às margens do Alto Rio Solimões. O território apresenta aproximadamente 11 mil habitantes indígenas das etnias Ticuna, Kokama, Kambeba e Kanamari.

A comunidade enfrenta precariedade de saneamento; limitações de acesso à saúde; violência relacionada ao alcoolismo; vulnerabilidade juvenil; dificuldades de acesso às políticas públicas e exposição às dinâmicas do narcotráfico transfronteiriço.

USO ABUSIVO DE ALCOOL E OUTRAS SUBSTÂNCIAS EM BELÉM DOS SOLIMÕES

Os dados produzidos pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), pelo Distrito Sanitário Especial Indígena Alto Rio Solimões (DSEI-ARS) e pelo Ministério da Saúde indicam que o uso prejudicial de álcool e outras drogas constitui atualmente uma das principais vulnerabilidades sociais e sanitárias enfrentadas pelas comunidades indígenas do Alto Solimões, com destaque para os territórios de Umariaçu II e Belém do Solimões, localizados no município de Tabatinga-AM.

O Plano Distrital de Saúde Indígena do DSEI Alto Rio Solimões (2024–2027) aponta que a região atende aproximadamente 73.118 indígenas distribuídos em 245 aldeias pertencentes às etnias Ticuna, Kokama, Kaixana, Kanamari, Witoto, Kambeba e Maku-Yuhup. O território apresenta extrema complexidade logística: cerca de 95% do deslocamento ocorre por vias fluviais, o que limita a continuidade do cuidado em saúde mental e dificulta o acesso regular das equipes multidisciplinares às aldeias mais distantes. (Serviços e Informações do Brasil)

No contexto do Alto Solimões, o DSEI-ARS reconhece formalmente que o alcoolismo, o uso abusivo de substâncias psicoativas, os casos de violência, tentativas de suicídio e suicídios passaram a compor parte significativa das demandas de saúde mental indígena acompanhadas pelas Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI). Os documentos técnicos do Ministério da Saúde descrevem que os profissionais da EMSI realizam monitoramento contínuo de:

- pessoas em uso abusivo de álcool e outras drogas;
- usuários de medicamentos psicotrópicos;
- casos de violência;
- tentativas de suicídio;
- suicídios consumados;
- famílias em situação de vulnerabilidade psicossocial. (Repositório UFAM)

As comunidades indígenas de Umariaçu II e Belém do Solimões aparecem recorrentemente nos relatórios técnicos como territórios prioritários para atenção psicossocial e estratégias de prevenção relacionadas ao uso prejudicial de álcool. Estudos vinculados ao DSEI Alto Rio Solimões destacam que essas localidades vivenciam aumento significativo:

- do consumo de bebidas alcoólicas industrializadas;
- da circulação de drogas ilícitas;
- da violência comunitária;
- da vulnerabilidade juvenil;
- e da cooptação de adolescentes e jovens por redes associadas ao narcotráfico na tríplice fronteira Brasil–Peru–Colômbia. (Repositório UFAM)

A comunidade de Belém do Solimões, considerada uma das maiores comunidades indígenas do Brasil, apresenta aproximadamente 11 mil habitantes indígenas das etnias Ticuna, Kokama, Kambeba e Kanamari. Já Umariaçu II possui população estimada em cerca de 7.901 pessoas, predominantemente da etnia Ticuna. Nessas localidades, os relatos comunitários sistematizados pelo DSEI e por pesquisadores da região apontam que o uso abusivo de álcool deixou de estar restrito a contextos ritualísticos tradicionais e passou a assumir características associadas:

- à violência interpessoal;
- à desestruturação familiar;
- ao abandono escolar;
- à criminalidade;
- ao sofrimento psíquico;
- e ao aumento da vulnerabilidade social de adolescentes e jovens. (Repositório UFAM)

Os documentos técnicos da SESAI indicam que o monitoramento dos casos de saúde mental indígena ocorre por meio do SIASI (Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena), do SINAN e do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), incluindo notificações de:

- violência autoprovocada;
- tentativas de suicídio;
- suicídios consumados;
- uso abusivo de álcool;
- e uso problemático de outras drogas. (Repositório UFAM)

Embora o Ministério da Saúde reconheça a gravidade da situação, os próprios documentos institucionais ressaltam a dificuldade de produção de estatísticas epidemiológicas precisas sobre alcoolismo indígena. O Manual de Monitoramento do Uso Prejudicial do Álcool em Povos Indígenas, elaborado pelo Ministério da Saúde e SESAI, afirma que instrumentos biomédicos tradicionais, como AUDIT e CAGE, não foram plenamente adaptados às especificidades culturais indígenas, dificultando a mensuração quantitativa padronizada do fenômeno. (Biblioteca Virtual em Saúde MS)

Ainda assim, o Ministério da Saúde reconhece oficialmente que o uso prejudicial de álcool entre povos indígenas da Amazônia está relacionado:

- à colonização histórica;
- à perda de referências culturais;
- ao aumento da vulnerabilidade econômica;
- à fragilidade das redes de proteção comunitária;
- à violência territorial;
- e à expansão das economias ilícitas nas áreas de fronteira. (Biblioteca Virtual em Saúde MS)

Estudos regionais produzidos a partir das experiências do DSEI Alto Rio Solimões identificam que adolescentes indígenas têm sido particularmente afetados pelo avanço das drogas ilícitas na região.

Lideranças indígenas Ticuna relatam crescimento do consumo de maconha, cocaína e álcool entre jovens cada vez mais novos, inclusive adolescentes de 13 anos, especialmente em comunidades próximas às rotas fluviais utilizadas pelo narcotráfico. (IHU Unisinos)

Os relatos comunitários também associam o aumento do uso de álcool e drogas:

- ao crescimento da violência doméstica;
- aos conflitos comunitários;
- aos furtos;
- às agressões físicas;
- ao sofrimento mental;
- e à fragilização dos vínculos familiares e culturais tradicionais. (IHU Unisinos)

Além disso, documentos do DSEI Alto Rio Solimões indicam que a região enfrenta insuficiência estrutural da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), baixa disponibilidade de serviços especializados em saúde mental e reduzido número de profissionais para acompanhamento contínuo das comunidades indígenas. Atualmente, o DSEI-ARS conta com apenas sete psicólogos para atendimento de todo o território indígena abrangido pelo distrito sanitário. (Repositório UFAM)
As evidências produzidas pelo Ministério da Saúde e pela SESAI apontam que o enfrentamento do uso prejudicial de álcool e outras drogas em territórios indígenas do Alto Solimões exige abordagem intersetorial e culturalmente adequada, baseada:

- na valorização dos saberes indígenas;
- no fortalecimento comunitário;
- na ampliação do acesso à saúde mental;
- na proteção da juventude indígena;
- na redução de danos;
- e na construção de estratégias de prevenção territorializadas.

Umariaçu I e II

As comunidades Umariaçu I e II concentram predominantemente população indígena Ticuna. A comunidade Umariaçu II possui população estimada em aproximadamente 7.901 habitantes.

Os territórios convivem com: alcoolismo; uso problemático de substâncias; violência doméstica; recrutamento juvenil; ausência de oportunidades educacionais e econômicas.

Sapotal

A comunidade Sapotal foi incluída estrategicamente para garantir representatividade da etnia Kokama, segunda maior população indígena da região. O território apresenta forte isolamento geográfico e acesso prioritariamente fluvial.

Territórios urbanos periféricos

Os bairros Guadalupe, Vila Verde, Rui Barbosa, Vila Paraíso e ocupações urbanas foram definidos como prioritários devido à concentração de: jovens em situação de rua; mulheres vítimas de violência; população LGBTQIAPN+ vulnerabilizada; migrantes; jovens vinculados ao sistema socioeducativo e famílias em situação de extrema pobreza.

5.1.3.3 Dados locais sobre índices de violência e letalidade juvenil

Os estudos utilizados pelo diagnóstico territorial demonstram que Tabatinga figura entre os municípios amazonenses com maiores índices de violência juvenil e vulnerabilidade social. Entre os principais fatores identificados estão: narcotráfico; exploração ilegal de recursos naturais; disputas territoriais entre facções; homicídios; crimes sexuais; violência doméstica; violência contra populações indígenas.

Dados da Ronda Maria da Penha indicam que, apenas no primeiro semestre de 2025, 55 mulheres foram acompanhadas por situações de violência doméstica em Tabatinga. Além disso, o relatório aponta crescimento da violência associada ao uso abusivo de álcool e drogas nas comunidades indígenas do Alto Solimões.

5.1.3.4 Implementação do PRONASCI Juventude em Tabatinga

O relatório evidencia que Tabatinga reúne fatores críticos de vulnerabilização social e territorial, exigindo políticas públicas integradas, territorializada e culturalmente sensíveis. Nesse contexto, o PRONASCI Juventude constitui estratégia estruturante para prevenção das violências e fortalecimento da proteção integral da juventude amazônica na tríplice fronteira.

O QUE DIZEM OS ESTUDOS DO CDESC SOBRE TABATINGA

A região de Tabatinga, localizada na tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, tem sido identificada pelos estudos do Centro de Estudos sobre Drogas e Desenvolvimento Social Comunitário (CDESC/UNODC), como um dos principais corredores estratégicos do crime organizado transnacional na Amazônia brasileira. A localização geográfica do município favorece a circulação de drogas, armas, mercadorias ilícitas e fluxos financeiros associados às economias ilegais, inserindo o território em uma dinâmica de convergência criminal que articula narcotráfico, crimes ambientais, lavagem de dinheiro e violência armada.

Entre 2023 e 2026 Tabatinga integra uma das principais rotas do narcotráfico internacional no país, especialmente vinculada ao escoamento de cocaína produzida na Colômbia e no Peru em direção aos mercados consumidores nacionais e internacionais. A região aparece de forma recorrente nos diagnósticos territoriais sobre vulnerabilidade amazônica devido à forte presença de organizações criminosas transnacionais e à utilização intensiva dos rios amazônicos como corredores logísticos para circulação de drogas e outros ilícitos.

Segundo o relatório **"Tráfico de Drogas na Amazônia e Efeitos no Meio Ambiente"**, elaborado pelo CDESC, as dinâmicas do crime organizado na Amazônia não se restringem ao tráfico de drogas, mas articulam-se a um "ecossistema do crime" que envolve mineração ilegal, exploração ilegal de madeira, ocupação irregular de territórios e recrutamento de populações vulneráveis. Nesse contexto, Tabatinga é descrita como território de elevada pressão criminal, especialmente sobre comunidades indígenas e populações ribeirinhas.

Os estudos destacam ainda que as organizações criminosas atuantes na região utilizam territórios indígenas e comunidades tradicionais tanto como corredores logísticos quanto como espaços de recrutamento de mão de obra e ampliação de mercados ilícitos, incluindo o aliciamento de adolescentes e jovens. As pesquisas do CDESC identificam que a vulnerabilidade social, a ausência de oportunidades econômicas e as fragilidades históricas de presença estatal favorecem a expansão dessas dinâmicas ilícitas na fronteira amazônica.

Em 2026, o CDESC desenvolveu o Índice de Vulnerabilidade ao Crime Organizado - Territórios Indígenas, nessas análises, Tabatinga aparece como território prioritário para políticas públicas integradas de prevenção, proteção territorial e fortalecimento comunitário, especialmente devido:

- à intensa circulação transfronteiriça;
- à atuação de facções criminosas;
- aos impactos socioambientais das economias ilícitas;
- à vulnerabilidade de adolescentes e jovens;
- e à pressão sobre territórios indígenas e comunidades tradicionais.

O avanço do crime organizado na região amazônica está diretamente relacionado ao aumento da violência armada, da degradação ambiental e da fragilidade institucional nos municípios de fronteira. Assim, Tabatinga passou a ser considerada estratégica para implementação de ações articuladas entre segurança pública, desenvolvimento alternativo sustentável, proteção de direitos e fortalecimento das redes comunitárias locais.

5.1.4 Manacaputu

Mapa 1. Localização do município de Manacapuru em relação ao Estado do Amazonas



Fonte: IBGE, (2010)

O município de Manacapuru localiza-se na Região Metropolitana de Manaus, às margens do rio Solimões, a aproximadamente 85 quilômetros da capital amazonense, constituindo um dos principais polos urbanos da calha do Médio Solimões. Conhecida como "Princesinha do Solimões", a cidade possui importância estratégica para a dinâmica econômica, social e logística do interior do Amazonas, funcionando como território de conexão entre Manaus e diversos municípios ribeirinhos da região.

Segundo dados do IBGE, o município possui população estimada em aproximadamente 111 mil habitantes em 2025, sendo o terceiro município mais populoso do estado do Amazonas. O município apresenta população predominantemente jovem, com idade mediana de 25 anos, característica demográfica comum aos municípios amazônicos marcados por forte crescimento populacional e elevada presença de adolescentes e jovens em sua composição social.

Historicamente, o município teve sua formação vinculada à presença dos povos indígenas mura e ao desenvolvimento das comunidades ribeirinhas na região do Solimões. A identidade sociocultural de Manacapuru é marcada pela forte influência indígena e cabocla, além da relevância das manifestações culturais tradicionais amazônicas, como o Festival de Cirandas, uma das principais expressões culturais do estado.

Do ponto de vista socioeconômico, Manacapuru apresenta características típicas dos municípios amazônicos situados fora dos grandes centros urbanos. Apesar da proximidade com Manaus e da integração à região metropolitana, persistem desafios relacionados: à desigualdade social; à precarização urbana; à baixa cobertura de saneamento básico; à informalidade econômica e à limitação do acesso contínuo às políticas públicas.

Com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,614, considerado médio, refletindo desigualdades relacionadas principalmente à renda e ao acesso à infraestrutura social.

No campo educacional, Manacapuru concentra importante rede pública de ensino básico e superior no interior do Amazonas, contando com escolas municipais e estaduais, além de unidades de ensino superior e tecnológico, como a Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Entretanto, assim como em outros municípios amazonenses, adolescentes e jovens enfrentam desafios relacionados à evasão escolar, à distorção idade-série e à dificuldade de inserção em oportunidades educacionais e profissionais.

Na área da saúde pública, o município possui rede composta por unidades básicas de saúde e serviços municipais de atenção primária, funcionando como referência regional para comunidades ribeirinhas próximas. Contudo, permanecem desafios relacionados à cobertura de saneamento básico e à infraestrutura urbana. Estudos históricos apontam que menos de 10% das residências possuíam cobertura adequada de esgotamento sanitário, evidenciando vulnerabilidades estruturais ainda presentes no território amazônico.

Nos últimos anos, Manacapuru também passou a enfrentar impactos relacionados à interiorização da violência e à expansão das dinâmicas do crime organizado no Amazonas. A proximidade logística com Manaus e a localização estratégica na calha do Solimões ampliaram a circulação de mercados ilícitos, especialmente associados ao narcotráfico e às rotas fluviais amazônicas. Esse contexto vem produzindo maior exposição de adolescentes e jovens às situações de violência urbana, vulnerabilidade social e recrutamento por organizações criminosas, fenômeno identificado em diversos municípios da região metropolitana de Manaus.

Nesse cenário, Manacapuru apresenta características que reforçam a necessidade de fortalecimento de políticas públicas intersetoriais voltadas à proteção social da juventude, à inclusão educacional e produtiva, ao fortalecimento comunitário e à prevenção das violências, especialmente em territórios marcados por desigualdade social e fragilidade das redes de proteção social.

5.1.3.1 Processo de Territorialização do PRONASCI Juventude – Manacapuru

O processo de territorialização do PRONASCI Juventude Manacapuru teve início em setembro de 2025. O projeto prevê atendimento de 100 jovens destinados especificamente do município. A construção do plano territorial envolveu visitas técnicas, reuniões institucionais e articulação direta com diferentes equipamentos da rede de proteção social, segurança pública, saúde e justiça do município. Segundo o relatório, a equipe do PRONASCI Juventude realizou levantamento de dados e visitas in loco junto: à Polícia Civil; à Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS); ao CREAS; aos Conselhos Tutelares; aos serviços de acolhimento institucional; ao CAPS AD; à Vara da Infância e Juventude e demais instituições da rede socioassistencial e de proteção à infância e juventude.

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) foi identificado como um dos principais equipamentos estratégicos para o desenvolvimento das ações do programa, especialmente no acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e jovens em situação de vulnerabilidade social. Segundo os dados levantados até setembro de 2025, o CREAS acompanhava: 10 adolescentes em medidas socioeducativas e 20 jovens em situação de vulnerabilidade social.

Tabela 01. Jovens atendidos pelo CREAS no território de Manacapuru

Atendimento	Quantidade
Medidas Socioeducativas	10
Jovens em situação de vulnerabilidade	20

Fonte: CREAS (2025)

A articulação com a Vara da Infância e Juventude também foi considerada central para o processo de territorialização, uma vez que o órgão é responsável pelos encaminhamentos de adolescentes ao CREAS e demais serviços da rede de proteção social.

O documento destaca que a atuação integrada entre Justiça, assistência social e proteção comunitária é fundamental para o fortalecimento das estratégias preventivas do PRONASCI Juventude.

No campo da saúde mental e do cuidado psicossocial, o CAPS AD do município foi identificado como equipamento estratégico diante do crescimento do uso problemático de álcool e outras drogas entre adolescentes e jovens. O serviço realizava, em 2025, o acompanhamento especializado de 17 jovens entre 15 e 24 anos, residentes em bairros periféricos urbanos e comunidades rurais.

O Hospital Geral e Maternidade Cecília Cabral também foi incorporado à rede articulada pelo projeto, especialmente por meio do SAVVIS — Serviço de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual — referência municipal no acolhimento de vítimas de violência sexual.
Além disso, o processo de territorialização incluiu diálogo com: abrigos institucionais; escolas estaduais; lideranças comunitárias; secretarias municipais e organizações locais voltadas à juventude e à proteção social.

5.1.4.2 Dados do SUAS, CREAS e SUS

O diagnóstico territorial evidenciou a centralidade da rede socioassistencial no enfrentamento das vulnerabilidades juvenis em Manacapuru. O CREAS foi identificado como principal equipamento responsável pelo acompanhamento de adolescentes em conflito com a lei e jovens expostos às situações de violência e exclusão social.

Os dados apontam que os jovens acompanhados pelo CREAS estavam majoritariamente vinculados: às medidas socioeducativas em meio aberto; à vulnerabilidade social; à violência doméstica; ao abandono familiar e às situações de exposição ao crime organizado.

O município também conta com dois serviços de acolhimento institucional:

- Abrigo Dona Bia;
- e Casa Esperança.

Segundo o relatório, o Abrigo Dona Bia acolhia, em 2025, 20 crianças e adolescentes entre 0 e 15 anos, vítimas:

- de abandono;
- violência sexual;
- exploração infantil;
- maus-tratos;
- drogadição;
- situação de rua;
- e negligência familiar.

A análise territorial demonstrou ainda forte concentração de acolhimentos oriundos dos bairros:

- Centro;
- Liberdade;
- São Francisco;
- Correnteza;
- e São José.

Na área da saúde, o relatório destaca o papel do SUS municipal no atendimento às vítimas de violência e aos adolescentes em situação de vulnerabilidade psicossocial. O SAVVIS registrou 92 casos de violência sexual em 2024, sendo: 85 vítimas do sexo feminino e 7 do sexo masculino.

Os dados também evidenciaram que: 38 vítimas tinham entre 0 e 11 anos; e 49 estavam na faixa entre 12 e 18 anos. Esses indicadores revelam a elevada vulnerabilidade infantojuvenil à violência sexual no município, especialmente entre meninas adolescentes.

5.1.4.3 Índices de Violência e Criminalidade

Do ponto de vista territorial, Manacapuru é oficialmente composto por 12 bairros: Aparecida, Biribiri, Centro, Correnteza, Liberdade, Morada do Sol, Nova Manacá, São Francisco, São José, Terra Preta, União e Vale Verde. Destes, o bairro apontado como o mais violento é o bairro Liberdade, aparece como o epicentro da violência,

Os dados apresentados no plano territorial apontam que Manacapuru encontra-se entre os municípios mais violentos do estado do Amazonas. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024), o município aparece entre os oito municípios amazonenses sob influência simultânea de facções criminosas.

O relatório também destaca: 20 homicídios registrados em 2023; e 28 homicídios em 2024, representando aumento de 40% em apenas um ano. Além disso, Manacapuru ocupa a 41ª posição entre os municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes com maior incidência de estupro e a 126ª posição em taxa de homicídios, segundo o Atlas da Violência (2024).

O levantamento territorial identificou concentração das violências nos bairros: Liberdade; São José; Correnteza; Aparecida e áreas rurais. O bairro Liberdade foi identificado como epicentro das ocorrências violentas, com 148 registros associados: à violência doméstica; atuação do Conselho Tutelar; violações de direitos e situações de vulnerabilidade juvenil.

O documento também aponta crescimento significativo da violência contra mulheres no município. Em 2025, a Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres registrou: 26 mulheres vítimas de violência doméstica cadastradas e 21 solicitações de medidas protetivas.

5.1.4.4 Dados sobre Educação e Vulnerabilidade Escolar

O plano territorial também evidencia fragilidades relacionadas: ao baixo nível de escolaridade da população; às desigualdades urbanas; ao saneamento precário; e à pobreza estrutural do município.

Segundo o diagnóstico territorial, aproximadamente 26.259 pessoas não concluíram o ensino fundamental, enquanto apenas 5.009 possuem ensino superior completo. Além disso, o município apresenta crescimento significativo das taxas de abandono escolar, especialmente no ensino médio.

A evasão escolar aparece no relatório como um dos principais indicadores de vulnerabilidade juvenil em Manacapuru. Segundo os dados apresentados, a taxa de abandono escolar no Ensino Fundamental aumentou de 0,3% em 2020 para 1,4% em 2024, totalizando 251 casos de evasão escolar.

No Ensino Médio, o cenário é ainda mais crítico. Em 2024, o município registrou 272 casos de abandono escolar correspondendo a taxa de 4,6%. Os maiores índices de evasão escolar concentram-se em escolas localizadas nos bairros Terra Preta e Liberdade, territórios também identificados como áreas de maior vulnerabilidade social e maior incidência de violência. O diagnóstico territorial aponta que fatores como pobreza, inserção precoce no mercado de trabalho, ausência de perspectivas educacionais e influência das dinâmicas do crime organizado contribuem diretamente para o afastamento escolar de adolescentes e jovens.

5.1.4.5 Uso de Substâncias

Outro eixo importante do diagnóstico refere-se ao uso de substâncias psicoativas entre a juventude local. Dados do CAPS AD de Manacapuru indicam acompanhamento de 17 adolescentes e jovens entre 15 e 24 anos em tratamento relacionado ao uso de álcool e outras drogas. Os casos encontram-se distribuídos entre bairros como Novo Manacá, Aparecida, Liberdade, São José, Correnteza e Terra Preta, além de comunidades rurais e indígenas.

A equipe técnica do plano destaca que o uso problemático de drogas aparece diretamente associado: às vulnerabilidades socioeconômicas; à ausência de oportunidades; à violência comunitária e à presença de facções criminosas no território.

5.1.4.6 Segurança Pública

No âmbito da segurança pública, o município apresenta cenário alarmante de violência e criminalidade. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública identificou que Manacapuru está entre os municípios amazonenses sob influência simultânea de facções criminosas como o Comando Vermelho e os Piratas do Solimões. Essa disputa territorial intensificou:

- os homicídios;
- o tráfico de drogas;
- o recrutamento juvenil;
- e a interiorização da violência armada.

Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública do Amazonas, Manacapuru registrou aumento de 40% nos homicídios entre 2023 e 2024, passando de 20 para 28 casos confirmados. O município também aparece entre as cidades brasileiras com maior incidência proporcional de estupro, ocupando a 41ª posição no ranking nacional entre municípios com mais de 100 mil habitantes.

O diagnóstico territorial identificou concentração das ocorrências de violência nos bairros:

- Liberdade;
- São José;
- Correnteza;
- Aparecida;
- e áreas rurais.

O bairro Liberdade foi apontado como principal epicentro da violência no município, registrando 148 ocorrências relacionadas especialmente à violência doméstica e às demandas do Conselho Tutelar.

A espacialização geográfica das ocorrências demonstrou que a violência em Manacapuru não se distribui de maneira homogênea, concentrando-se em territórios específicos marcados por:

- precarização urbana;
- pobreza;
- fragilidade das redes comunitárias;
- e presença de organizações criminosas.

Outro aspecto crítico identificado durante o processo de territorialização refere-se à violência sexual contra crianças, adolescentes e mulheres. Dados do Serviço de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual (SAVVIS), vinculado ao Hospital Geral Cecília Cabral, registraram 92 casos de violência sexual em 2024.

A análise por faixa etária demonstra que:

- 38 vítimas tinham entre 0 e 11 anos;
- 49 possuíam entre 12 e 18 anos;
- e apenas 5 eram adultas.

Os dados evidenciam que crianças e adolescentes constituem o principal grupo atingido pela violência sexual no município. Além disso, 85 das vítimas eram do sexo feminino, revelando forte dimensão de gênero associada às violências identificadas.

No campo da proteção social, o município possui equipamentos importantes como: CREAS; Conselhos Tutelares; CAPS AD; serviços de acolhimento institucional; Vara da Infância e Juventude e Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres.

O CREAS acompanha atualmente jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Até setembro de 2025, 30 jovens eram acompanhados pelo serviço, sendo 10 vinculados a medidas socioeducativas e 20 em situação de vulnerabilidade social agravada.

O município também conta com os abrigos institucionais Dona Bia e Casa Esperança, responsáveis pelo acolhimento de crianças e adolescentes vítimas de abandono, violência sexual, exploração infantil e negligência familiar.

O processo de territorialização realizado em Manacapuru evidencia que a violência e a expansão do crime organizado no território amazônico não podem ser compreendidas apenas sob a perspectiva da segurança pública. Os dados demonstram que a violência está profundamente associada:

- às desigualdades sociais;
- à precarização urbana;
- à pobreza;
- à evasão escolar;
- ao desemprego;
- à ausência de oportunidades;
- e à fragilidade das redes de proteção social.

Nesse contexto, o PRONASCI Juventude assume papel estratégico ao propor respostas territorializada e a implementação do programa em Manacapuru representa importante iniciativa de fortalecimento das políticas públicas de proteção social na Amazônia, especialmente para adolescentes e jovens expostos às múltiplas vulnerabilidades associadas às dinâmicas do crime organizado.

5.2 Distrito Federal

O Distrito Federal (DF) constitui a unidade federativa com maior renda per capita do Brasil e concentra importantes estruturas institucionais, administrativas e econômicas do país. Entretanto, apesar dos elevados indicadores econômicos médios, o território apresenta profundas desigualdades socioespaciais, marcadas pela segregação urbana, pela concentração de renda e pelas disparidades no acesso às políticas públicas entre o Plano Piloto e as regiões administrativas periféricas. Estudos do Instituto de Pesquisa e Estatística

do Distrito Federal (IPEDF/Codeplan) demonstram que parte significativa das regiões administrativas periféricas apresenta elevados índices de vulnerabilidade social, pobreza, violência e precarização urbana.

O Distrito Federal apresenta alguns dos maiores indicadores econômicos do país, porém mantém profundas desigualdades territoriais e sociais entre as regiões administrativas centrais e periféricas. Segundo o Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF/Codeplan), o Índice de Vulnerabilidade Social do Distrito Federal (IVS-DF) passou de 0,32 em 2018 para 0,33 em 2021, mantendo o território na faixa de média vulnerabilidade social. Entretanto, os dados demonstram grande disparidade entre as regiões administrativas: enquanto o Lago Sul apresentou IVS-DF de 0,07, a SCIA/Estrutural registrou 0,75, o maior índice de vulnerabilidade do DF. Sol Nascente/Pôr do Sol, Itapoã e São Sebastião também figuram entre os territórios mais vulneráveis do Distrito Federal. (IPE-DF)

As desigualdades territoriais do DF se expressam de maneira significativa nos indicadores relacionados à renda e à inserção produtiva. Segundo o Plano Distrital de Assistência Social 2024–2027, aproximadamente 33,8% dos trabalhadores do Distrito Federal encontram-se em situação de informalidade laboral, sendo os jovens, negros e moradores das periferias urbanas os grupos mais afetados. As maiores taxas de informalidade concentram-se em regiões como Estrutural, São Sebastião, Itapoã e Sol Nascente/Pôr do Sol. (Direção Concursos)

Os dados também revelam fortes desigualdades no acesso ao mercado de trabalho entre adolescentes e jovens. Segundo o IPEDF, cerca de 31,1% dos jovens entre 18 e 29 anos encontravam-se simultaneamente sem emprego e fora da escola, os chamados jovens "nem-nem". Ceilândia registrou o maior quantitativo absoluto de jovens nessa condição, com aproximadamente 25.647 pessoas, seguida por Samambaia e Recanto das Emas. (Direção Concursos) A vulnerabilidade econômica da juventude periférica relaciona-se diretamente:

- à baixa escolaridade;
- à inserção precoce no trabalho informal;
- à fragilidade dos vínculos trabalhistas;
- e à limitação do acesso às oportunidades educacionais e produtivas.

No campo educacional, as desigualdades também se mostram expressivas. Dados do IPEDF demonstram que, embora a maioria da população adulta do DF possua ensino médio completo ou ensino superior, persistem importantes disparidades territoriais e sociais no acesso à educação de qualidade. (Direção Concursos) Em territórios periféricos como Sol Nascente, Estrutural e São Sebastião, os indicadores apontam:

- maiores índices de evasão escolar;
- menor escolaridade média;
- maior distorção idade-série;
- e menor acesso à educação profissional e superior.

As desigualdades urbanas também se expressam no acesso à moradia adequada e à infraestrutura urbana. O IVS-DF utiliza indicadores relacionados:

- ao saneamento básico;
- à densidade domiciliar;
- ao déficit habitacional;
- e ao ônus excessivo com aluguel para medir as vulnerabilidades territoriais. (IPE-DF) Regiões como Estrutural e Sol Nascente/Pôr do Sol apresentam:
- urbanização precária;
- baixa cobertura de saneamento;
- déficit habitacional;
- ocupações informais;
- e dificuldades históricas de acesso à infraestrutura pública.

No eixo da mobilidade urbana, os estudos do IPEDF e da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) demonstram que moradores das regiões periféricas enfrentam maiores tempos de deslocamento diário para acesso:

- ao trabalho;
- à educação;
- aos serviços públicos;
- e às oportunidades econômicas. (PDAD-A) A dependência do transporte público e as grandes distâncias entre as regiões administrativas periféricas e o centro político-administrativo do DF ampliam as desigualdades de acesso à cidade e às políticas públicas.

Em relação à violência letal, os dados territoriais evidenciam que adolescentes e jovens negros residentes nas periferias urbanas permanecem mais expostos:

- aos homicídios;
- à violência comunitária;
- ao recrutamento por organizações criminosas;
- e às dinâmicas do mercado ilegal de drogas. (INESC) Os territórios mais vulneráveis socialmente também concentram maiores índices de violência doméstica, conflitos comunitários e violações de direitos.

As desigualdades também impactam diretamente o acesso aos serviços públicos de saúde, assistência social e proteção social. Embora o Distrito Federal concentre ampla rede pública de saúde e assistência, os estudos territoriais demonstram forte concentração da demanda nos territórios periféricos, especialmente em Ceilândia, Estrutural, Sol Nascente e São Sebastião. (Infosaúde) Nessas regiões, observa-se:

- maior dependência do Sistema Único de Saúde (SUS);
- maior demanda por serviços do SUAS;
- maior procura por benefícios de transferência de renda;
- e maior necessidade de acompanhamento psicossocial e proteção especializada.

Nesse contexto, os indicadores sociais do Distrito Federal evidenciam que, apesar da elevada renda média do território, persistem profundas desigualdades territoriais relacionadas:

- à renda;
- à escolaridade;
- à infraestrutura urbana;
- à inserção produtiva;
- à mobilidade;
- à violência;
- e ao acesso às políticas públicas.

Os dados reforçam a necessidade de políticas públicas territorializadas voltadas à proteção social, inclusão educacional, fortalecimento comunitário e prevenção da violência, especialmente para adolescentes e jovens residentes nas periferias urbanas do Distrito Federal. (IPE-DF)

No Distrito Federal, o processo de territorialização identificou regiões administrativas caracterizadas por elevada vulnerabilidade social, desigualdade socioeconômica e exposição à violência. A definição das regiões prioritárias baseou-se na análise de indicadores socioeconômicos, dados de segurança pública, informações demográficas e mapeamento de equipamentos públicos e organizações sociais presentes nos territórios.

Foram definidos como territórios prioritários: Ceilândia, Estrutural, São Sebastião, Sobradinho e Sol Nascente. Essas regiões apresentam desafios relacionados à precariedade de infraestrutura urbana, desigualdade socioeconômica e limitações no acesso a oportunidades educacionais e profissionais para adolescentes e jovens.

A territorialização considerou a presença de redes institucionais locais, incluindo escolas, equipamentos da assistência social, serviços de saúde e iniciativas comunitárias, que podem apoiar a implementação das ações do PRONASCI Juventude. Em algumas dessas regiões, o processo de urbanização ocorreu de forma desordenada, resultando em territórios caracterizados por precariedade habitacional, déficits de saneamento básico e baixa presença institucional do Estado.

Além disso, esses territórios apresentam elevada concentração de população jovem e desafios relacionados à permanência escolar, inserção produtiva e acesso a oportunidades de desenvolvimento social. Nesse contexto, o PRONASCI Juventude busca fortalecer estratégias de prevenção social da violência por meio da promoção de atividades socioeducativas, acompanhamento multidisciplinar de jovens e articulação com instituições da rede local de proteção social.

Quadro 6 – Indicadores Territoriais – Distrito Federal

INDICADOR	SOL NASCENTE	CEILÂNDIA	ESTRUTURAL	SÃO SEBASTIÃO	SOBRADINHO
População estimada	~108 mil	~350 mil	~40 mil	~120 mil	~220 mil
Crescimento populacional	Muito alto	Alto	Alto	Alto	Moderado
Vulnerabilidade social	Muito alta	Alta	Muito alta	Alta	Média
Infraestrutura urbana	Muito precária	Pressão sobre serviços	Precariedade	Limitações de mobilidade	Heterogênea
Violência territorial	Alta	Alta	Alta	Moderada	Moderada
Proporção de jovens	Alta	Alta	Alta	Alta	Média

5.2.2 Ceilândia

Ceilândia constitui uma das regiões administrativas mais populosas do Distrito Federal e apresenta forte concentração de população jovem. Apesar de sua relevância econômica e social no contexto do Distrito Federal, a região apresenta desafios relacionados à desigualdade social, violência urbana e acesso desigual a oportunidades educacionais e profissionais.

O diagnóstico territorial identificou áreas caracterizadas por vulnerabilidade social e presença de jovens expostos a contextos de violência e exclusão social.

Figura 10 - Localização da Região Administrativa de Ceilândia no Distrito Federal.



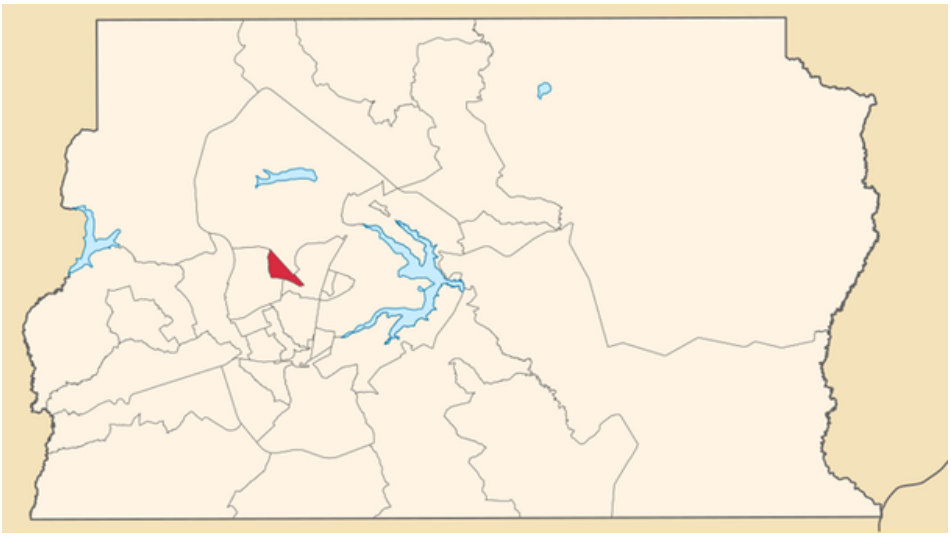
Fonte: Governo do Distrito Federal – Administração Regional de Ceilândia.

5.2.3 Estrutural

A região administrativa da Estrutural apresenta elevados níveis de vulnerabilidade social e desafios relacionados à precariedade de infraestrutura urbana e acesso a serviços públicos. Historicamente associada à ocupação irregular do território e à proximidade com o antigo lixão da Estrutural, a região enfrenta desafios relacionados à desigualdade social, pobreza e exclusão territorial.

Nesse contexto, adolescentes e jovens residentes na região enfrentam limitações no acesso a oportunidades educacionais e profissionais.

Figura 11 - Localização da Região Administrativa da Estrutural no Distrito Federal



Fonte: Governo do Distrito Federal

5.2.4 São Sebastião

São Sebastião apresenta crescimento populacional acelerado e expansão de áreas urbanas caracterizadas por vulnerabilidade socioeconômica.

O diagnóstico territorial apontou desafios relacionados à mobilidade urbana, acesso a equipamentos públicos e presença de territórios com elevados níveis de vulnerabilidade social.

Figura 12 - Localização da Região Administrativa de São Sebastião no Distrito Federal



Fonte: Governo do Distrito Federal

5.2.5 Sobradinho

A região administrativa de Sobradinho apresenta características territoriais heterogêneas, combinando áreas com maior infraestrutura urbana e territórios marcados por desigualdade socioeconômica.

O processo de territorialização identificou territórios nos quais adolescentes e jovens enfrentam maiores desafios relacionados à permanência escolar e acesso a oportunidades de formação.



Figura 13 - Localização da Região Administrativa de Sobradinho no Distrito Federal

Fonte: Governo do Distrito Federal

5.2.6 Sol Nascente

A região administrativa do Sol Nascente constitui uma das áreas com maiores níveis de vulnerabilidade socioeconômica do Distrito Federal.

Caracterizada por elevada densidade populacional e desafios relacionados à infraestrutura urbana, a região apresenta limitações no acesso a serviços públicos e oportunidades educacionais.

Nesse contexto, o PRONASCI Juventude busca fortalecer redes comunitárias e promover atividades socioeducativas voltadas ao desenvolvimento pessoal e social dos jovens residentes nesses territórios.

Figura 14 - Localização da Região Administrativa de Sol Nascente no Distrito Federal.



Fonte: Governo do Distrito Federal

5.3 Pernambuco

No estado de Pernambuco, o PRONASCI Juventude é executado em parceria com o Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), responsável pela coordenação das ações territoriais do programa.

A territorialização no estado priorizou municípios da Região Metropolitana do Recife caracterizados por elevados índices de violência letal, desigualdade socioespacial e concentração de territórios periféricos marcados por vulnerabilidade social.

Foram priorizados os municípios de:

- Recife
- Cabo de Santo Agostinho

No interior desses municípios, foram identificados territórios específicos caracterizados por maior exposição da juventude a contextos de violência e exclusão social.

Entre os territórios priorizados destacam-se:

- Cordeiro
- Ibura
- Comunidade do Coque (Joana Bezerra)
- Gaibu
- Ponte dos Carvalhos / Pontezinha

Esses territórios apresentam desafios estruturais relacionados à desigualdade social, presença de mercados ilícitos de drogas, limitações no acesso a equipamentos públicos e dificuldades de inserção educacional e profissional da juventude.

A implementação do PRONASCI Juventude nesses territórios busca fortalecer redes comunitárias, promover atividades socioeducativas e ampliar oportunidades de participação social para adolescentes e jovens residentes nas comunidades.

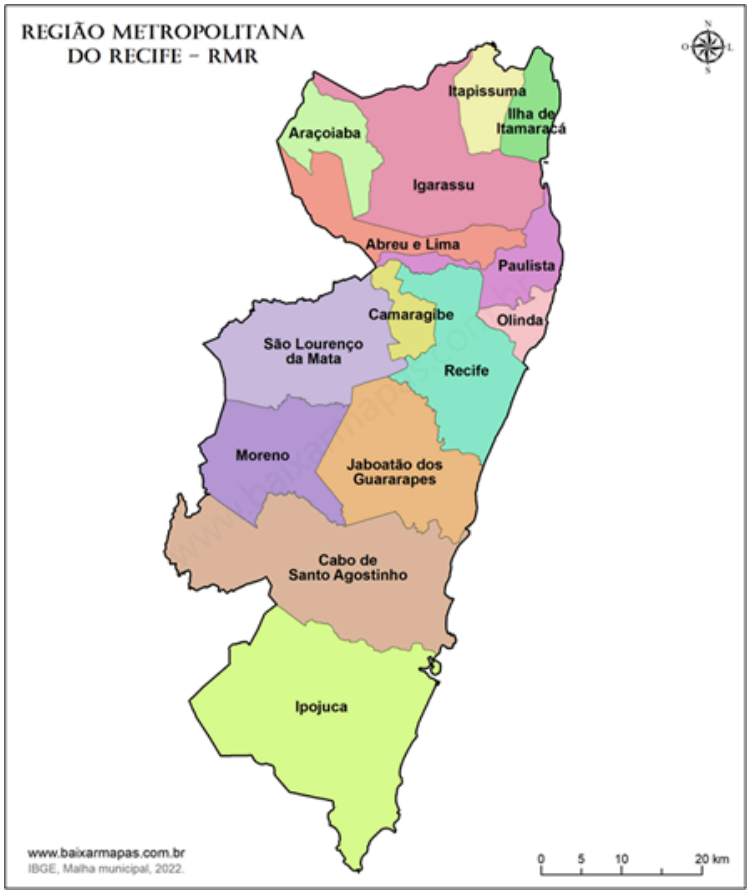


Figura 15 - Região Metropolitana de Recife

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Quadro 7 – Indicadores Territoriais – Pernambuco

TERRITÓRIO	MUNICÍPIO	PERFIL DEMOGRÁFICO	INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	INFRAESTRUTURA URBANA	DINÂMICAS DE VIOLÊNCIA
Cordeiro	Recife	População jovem expressiva	Vulnerabilidade socioeconômica; baixa renda média	Infraestrutura urbana desigual	Presença de mercados ilícitos e violência territorial
Ibura	Recife	Alta densidade populacional e população jovem	Elevados índices de pobreza e informalidade	Deficiências em equipamentos públicos e mobilidade	Registros recorrentes de violência urbana
Comunidade do Coque (Joana Bezerra)	Recife	Comunidade histórica com grande densidade populacional	Vulnerabilidade social elevada	Infraestrutura urbana limitada	Forte presença de violência urbana
Gaibu	Cabo de Santo Agostinho	População jovem e expansão urbana recente	Desigualdade socioeconômica	Infraestrutura turística coexistindo com áreas vulneráveis	Violência associada a desigualdade territorial
Ponte dos Carvalhos / Pontezinha	Cabo de Santo Agostinho	Crescimento populacional acelerado	Vulnerabilidade social e precariedade urbana	Limitações no acesso a equipamentos públicos	Presença de violência urbana e mercados ilícitos

5.3.2 Cabo de Santo Agostinho

O município do Cabo de Santo Agostinho apresenta áreas urbanas caracterizadas por expansão territorial acelerada e presença de comunidades com elevados níveis de vulnerabilidade social.

Indicadores de segurança pública apontam que o município apresenta elevados índices de violência letal, com forte impacto sobre jovens residentes em territórios periféricos.

Nesse contexto, a territorialização do PRONASCI Juventude buscou identificar comunidades prioritárias para implementação das ações do programa.

5.3.3 Recife

Recife apresenta importantes desafios relacionados à desigualdade socioespacial e à presença de territórios marcados por vulnerabilidade social e violência urbana.

O diagnóstico territorial identificou comunidades nas quais adolescentes e jovens enfrentam maiores desafios relacionados à permanência escolar, acesso a oportunidades de formação e inserção produtiva.

As ações do PRONASCI Juventude nesses territórios buscam fortalecer redes comunitárias, promover atividades socioeducativas e ampliar oportunidades de participação social para jovens.

ANALISE COMPARATIVA DOS TERRITÓRIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

A implementação do PRONASCI Juventude nos estados do Amazonas, Distrito Federal e Pernambuco evidencia a diversidade de contextos territoriais nos quais o programa opera, exigindo estratégias adaptativas de territorialização, mobilização comunitária e articulação interinstitucional.

Embora os territórios apresentem características socioeconômicas e geográficas distintas, observa-se um conjunto de fatores comuns relacionados à desigualdade social, exposição à violência e limitações no acesso a oportunidades educacionais e profissionais para adolescentes e jovens. Esses elementos reforçam a relevância de políticas públicas estruturadas de prevenção social da violência e promoção de direitos, com foco na juventude em territórios vulneráveis.

6.1 Amazonas

No estado do Amazonas, os desafios territoriais estão fortemente associados à dimensão geográfica da região amazônica, à dispersão populacional e às dificuldades logísticas de acesso a serviços públicos e equipamentos institucionais, especialmente em municípios com maior dependência de deslocamentos fluviais.

Adicionalmente, há especificidades relacionadas à dinâmica de fronteira internacional. Municípios como Tabatinga apresentam vulnerabilidades adicionais por estarem inseridos em um contexto de intensa circulação transfronteiriça, com maior exposição a mercados ilícitos e a dinâmicas criminais associadas ao tráfico de drogas. Nesse cenário, a prevenção social da violência demanda estratégias integradas, combinando ações socioeducativas e fortalecimento de redes locais de proteção social, adequadas à realidade territorial amazônica.

6.2 Distrito Federal

No Distrito Federal, o contexto territorial apresenta contraste significativo entre áreas com maior infraestrutura urbana e regiões administrativas periféricas com elevada vulnerabilidade

social. Embora o DF apresente indicadores médios superiores aos nacionais, regiões como Sol Nascente/Pôr do Sol, Estrutural e Ceilândia concentram desigualdades socioespaciais relevantes, com impactos diretos sobre a juventude.

Nesse caso, o desafio central está na prevenção social da violência em contexto metropolitano, marcado por desigualdade urbana, precariedade de infraestrutura em determinadas áreas e limitações no acesso a oportunidades educacionais e de inserção produtiva. A implementação do programa demanda forte articulação com a rede pública local (educação, assistência social, saúde e proteção), além de estratégias de mobilização territorial consistentes.

6.3 Pernambuco

Em Pernambuco, sobretudo na Região Metropolitana do Recife, os desafios territoriais estão associados à elevada densidade urbana, à desigualdade socioespacial e à violência urbana concentrada em territórios periféricos. Municípios como Recife e Cabo de Santo Agostinho apresentam áreas com elevada vulnerabilidade social, presença de mercados ilícitos e índices de violência letal que incidem de forma expressiva sobre a juventude.

Nesse contexto, a implementação do PRONASCI Juventude exige estratégias voltadas à proteção social, ao fortalecimento comunitário e à ampliação de oportunidades para adolescentes e jovens, com atenção especial à articulação intersetorial e à capacidade de resposta das redes locais frente às demandas dos territórios.

SÍNTESE COMPARATIVA

Apesar das diferenças regionais, é possível identificar fatores comuns nos territórios de implementação:

- concentração de jovens em territórios vulneráveis;
- desigualdades socioeconômicas estruturais;
- exposição da juventude a contextos de violência;
- limitações no acesso a oportunidades educacionais e profissionais;
- necessidade de articulação intersetorial e fortalecimento da rede local de proteção social.

A diversidade territorial entre Amazonas, Distrito Federal e Pernambuco reforça a importância de um modelo de implementação flexível, capaz de adaptar a metodologia do programa às especificidades sociais, institucionais e territoriais, mantendo diretrizes comuns de prevenção social da violência, promoção de direitos e fortalecimento de trajetórias juvenis.

Quadro 8 – Indicadores Territoriais – Síntese Comparativa

ESTADO	TERRITÓRIOS PRIORIZADOS	PERFIL DEMOGRÁFICO	VULNERABILIDADE SOCIAL	DINÂMICA DE VIOLÊNCIA
Amazonas	Manaus, Iranduba, Manacapuru, Tabatinga	População jovem significativa	Alta	Presença de rotas do narcotráfico
Distrito Federal	Sol Nascente, Ceilândia, Estrutural, Sobradinho, São Sebastião	Forte concentração populacional	Alta	Violência urbana em territórios periféricos
Pernambuco	Recife e Cabo de Santo Agostinho (territórios periféricos)	Alta densidade populacional	Alta	Violência associada ao tráfico de drogas

Quadro 9 – Indicadores Territoriais – Síntese Comparativa

DIMENSÃO	PADRÕES OBSERVADOS
Etária	Concentração de vítimas entre 15 e 29 anos
Racial	Maior vitimização de jovens negros
Territorial	Concentração em periferias urbanas
Socioeconômica	associação com pobreza e exclusão educacional
Institucional	desigual acesso a políticas públicas

VULNERABILIDADES, FATORES DE PROTEÇÃO E REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL

Quadro 10 – Fatores de Vulnerabilidade Territorial (riscos)

DIMENSÃO	FATORES IDENTIFICADOS
Socioeconômica	baixa renda, desemprego juvenil, informalidade
Educacional	evasão, baixa escolaridade média
Urbana	precariedade de infraestrutura, déficit de equipamentos públicos
Segurança pública	tráfico de drogas, violência territorial
Institucional	baixa presença do Estado em territórios periféricos

Quadro 11 – Fatores de Proteção Social

DIMENSÃO	POTENCIAL IDENTIFICADO
Comunitária	organizações sociais e lideranças comunitárias
Institucional	parcerias com IFs e universidades
Educacional	escolas e programas educacionais
Social	CRAS/CREAS e serviços de assistência
Cultural	iniciativas culturais e esportivas

Quadro 12 – Equipamentos da Rede de Proteção Social

TIPO DE EQUIPAMENTO	EXEMPLOS
Educação	escolas públicas, institutos federais
Assistência social	CRAS, CREAS
Saúde	UBS, CAPS
Justiça e proteção	conselhos tutelares, defensoria
Cultura e esporte	centros culturais, quadras, projetos sociais

MATRIZ DE RISCO OPERACIONAL (VISÃO GERENCIAL)

Quadro 13 – Matriz de Risco Operacional por Estado

EIXO	AMAZONAS	DISTRITO FEDERAL	PERNAMBUCO
Logística e deslocamentos	Alto	Médio	Médio
Segurança e violência territorial	Alto	Alto	Alto
Capacidade da rede de proteção	Médio	Médio	Médio
Mobilização e permanência	Médio	Médio	Alto
Infraestrutura/equipamentos	Médio	Alto	Médio

10. PLANO BÁSICO DE MONITORAMENTO

O monitoramento das ações do PRONASCI Juventude constitui um elemento essencial para acompanhar a implementação do programa e avaliar os resultados alcançados.

O plano básico de monitoramento prevê a utilização de indicadores quantitativos e qualitativos relacionados à participação dos jovens nas atividades do programa e ao desenvolvimento das ações socioeducativas.

Entre os principais indicadores de acompanhamento destacam-se:

Indicadores de processo

- número de jovens inscritos no programa;
- número de jovens selecionados para participação;
- número de oficinas e atividades realizadas;
- frequência dos jovens nas atividades.

Indicadores de resultado

- permanência dos jovens nas atividades do programa;
- encaminhamentos realizados para serviços da rede de proteção social;
- participação em atividades educacionais e formativas.

As informações coletadas por meio desses indicadores permitem acompanhar o desenvolvimento das ações e identificar possíveis ajustes necessários ao longo do processo de implementação do programa.

Quadro 14 – Matriz de Risco Operacional por Estado

DIMENSÃO	INDICADOR	DESCRIÇÃO	FONTE
Participação	Número de jovens inscritos	Total de jovens inscritos no processo seletivo	Registros administrativos
Participação	Número de jovens selecionados	Jovens selecionados para participação no programa	Registros administrativos

DIMENSÃO	INDICADOR	DESCRIÇÃO	FONTE
Engajamento	Frequência média nas atividades	Percentual de participação nas atividades do programa	Registros de presença
Atividades	Número de oficinas realizadas	Total de oficinas e atividades socioeducativas realizadas	Relatórios das equipes
Rede de proteção	Encaminhamentos realizados	Jovens encaminhados para serviços da rede de proteção	Registros de atendimento
Permanência	Taxa de permanência no programa	Percentual de jovens que permanecem no programa ao longo do ciclo	Monitoramento institucional
Educação	Situação escolar dos participantes	Jovens matriculados ou reinseridos em atividades educacionais	Informações declaradas

11. FLUXO BÁSICO DE MONITORAMENTO

Para garantir consistência e comparabilidade entre territórios, o monitoramento do PRONASCI Juventude organiza-se em um fluxo contínuo de coleta, consolidação, análise e devolutiva, assegurando padronização dos registros, validação das informações e retroalimentação do processo de gestão.

Figura 16 - Fluxo de monitoramento do PRONASCI Juventude

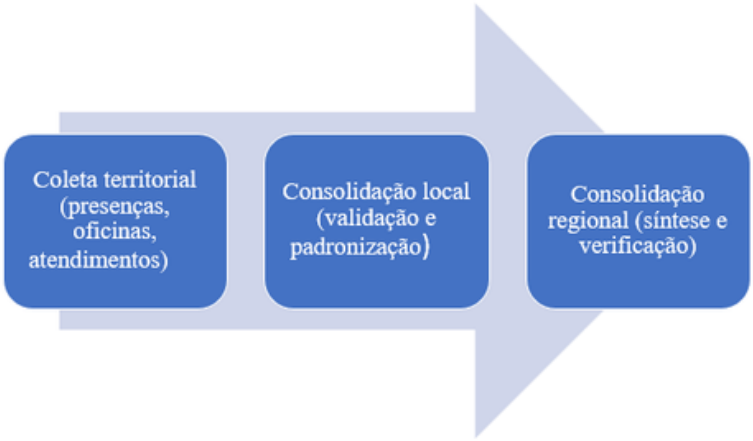
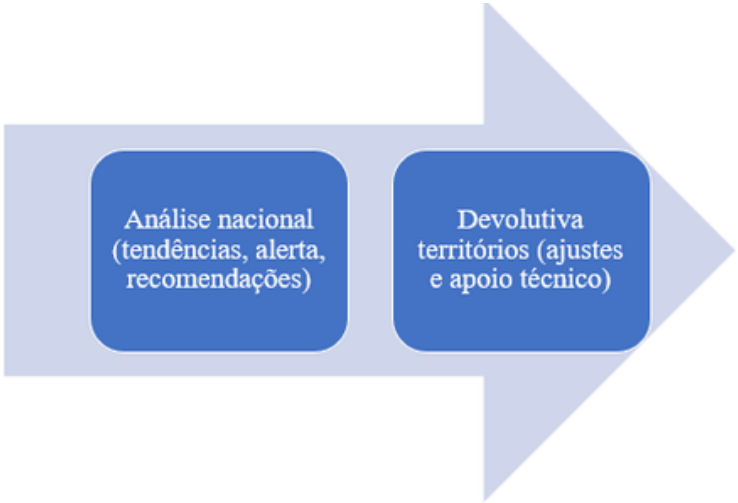


Figura 17 - Fluxo de monitoramento do PRONASCI Juventude



Esse fluxo permite identificar tendências, alertas operacionais e necessidades de suporte técnico, além de qualificar o planejamento e orientar ajustes metodológicos e operacionais em tempo oportuno.

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relatório apresentou a implementação inicial do PRONASCI Juventude em novos territórios, bem como a metodologia de expansão territorial e os elementos estruturantes do plano básico de monitoramento do programa. A análise desenvolvida ao longo do documento buscou contextualizar o cenário de violência letal juvenil no Brasil, caracterizado por forte concentração etária, racial e territorial, evidenciando a necessidade de políticas públicas voltadas à prevenção social da violência e à promoção de direitos para adolescentes e jovens residentes em contextos de vulnerabilidade social.

Nesse contexto, o PRONASCI Juventude configura-se como uma estratégia de intervenção territorial que articula ações socioeducativas, acompanhamento psicossocial e fortalecimento da rede de proteção social, com o objetivo de ampliar oportunidades de desenvolvimento social para jovens expostos a contextos de desigualdade e violência. A experiência inicial do programa nos municípios de Salvador (BA) e Rio de Janeiro (RJ) permitiu a construção de aprendizados institucionais relevantes, que orientaram o processo de padronização metodológica e a definição de diretrizes para a expansão territorial do programa.

A partir desses aprendizados, a expansão do PRONASCI Juventude foi estruturada por meio de arranjos institucionais baseados em Termos de Execução Descentralizada (TEDs), celebrados entre a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos (SENAD/MJSP) e instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Esse modelo de implementação permite combinar coordenação estratégica em nível federal com capacidade operacional e presença territorial das instituições executoras, favorecendo a adaptação das ações às especificidades socioterritoriais de cada localidade.

A territorialização das ações constituiu etapa central do processo de expansão do programa, permitindo a realização de diagnósticos territoriais baseados em indicadores sociodemográficos, socioeconômicos e de violência. A análise desses dados evidenciou padrões recorrentes de vulnerabilidade social, desigualdade racial e exposição à violência em diferentes territórios selecionados, reforçando a importância de estratégias de intervenção que articulem políticas públicas de educação, assistência social, saúde, cultura e segurança cidadã.

A sistematização das informações territoriais também possibilitou identificar fatores de risco e fatores de proteção social presentes nos territórios analisados, bem como mapear a rede institucional existente, incluindo equipamentos públicos e organizações comunitárias potencialmente mobilizáveis para o fortalecimento das ações do programa. Esses elementos são fundamentais para orientar estratégias de mobilização territorial, articulação interinstitucional e encaminhamento dos jovens participantes às redes locais de proteção social.

No âmbito da gestão do programa, o relatório também apresentou elementos iniciais de estruturação do plano básico de monitoramento das ações. Esse plano busca estabelecer instrumentos mínimos de acompanhamento das atividades desenvolvidas nos territórios, incluindo registros de participação, acompanhamento das ações socioeducativas e articulação com a rede de proteção social.

De forma geral, os resultados apresentados indicam que o PRONASCI Juventude possui potencial para contribuir significativamente para o fortalecimento de estratégias de prevenção social da violência voltadas à juventude em territórios vulneráveis. A abordagem territorial adotada pelo programa permite desenvolver intervenções adaptadas às características sociais e institucionais de cada localidade, favorecendo a construção de respostas mais integradas e contextualizadas às demandas da juventude.

Por fim, a continuidade do processo de implementação e expansão do programa dependerá do fortalecimento das articulações interinstitucionais, da consolidação das equipes territoriais e do aprimoramento contínuo dos instrumentos de monitoramento e avaliação. Esses elementos serão fundamentais para garantir a sustentabilidade das ações desenvolvidas, bem como para ampliar a capacidade do programa de produzir evidências sobre os impactos das estratégias de prevenção social da violência voltadas à juventude no Brasil.

13. REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI II**. Brasília, 2023.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Indicadores sociais e demográficos**. Brasília: IBGE.

CGMA/SDT/MDA – Coordenação Geral de Monitoramento e Avaliação / Secretaria de Desenvolvimento Territorial / Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Base cartográfica e regionalização territorial**. Brasília: MDA, 2015.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023**. São Paulo: FBSP, 2023.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da Violência 2023**. Brasília: IPEA; FBSP, 2023.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da Violência 2025**. Brasília: IPEA; FBSP, 2025.

OBSERVATÓRIO DE DIREITOS HUMANOS. **Painéis e indicadores de violência e direitos humanos no Brasil**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2025.

AMAZONAS. Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas. **Estatísticas de criminalidade e homicídios**. Manaus: SSP-AM, 2024.

RAPOZO, A. et al. **Mapeamento situacional da segurança pública na região do Alto Solimões**. 2024.

RESEARCHGATE. **Mapa de localização da cidade de Manaus e divisão por zonas administrativas**. 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net.

PORTAL G1. **Reportagens e mapas sobre a formação urbana do Sol Nascente (DF)**. Disponível em: https://g1.globo.com.

UNODC – Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime. **Documentos institucionais do PRONASCI Juventude**.

Planos de Territorialização do PRONASCI Juventude elaborados pelos Institutos Federais parceiros.

Relatórios institucionais e registros administrativos do processo de implementação do PRONASCI Juventude.

Relatórios institucionais e registros administrativos do processo de implementação do PRONASCI Juventude.

IPEA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência 2023**. Brasília: IPEA; FBSP.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023**. São Paulo: FBSP.

IBGE. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Mapas municipais estatísticos**. Rio de Janeiro: IBGE.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. **Atlas do Distrito Federal**. Brasília.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL (IPEDF/CODEPLAN). **Atlas e estudos territoriais do Distrito Federal**. Brasília.

SECRETARIA NACIONAL DE
POLÍTICAS SOBRE DROGAS
E GESTÃO DE ATIVOS

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

